

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - INTERESSES EM JOGO

Marli Maria Ferreira

Florianópolis, março de 1993.

~~UNIVERSIDADE~~
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - INTERESSES EM JOGO

Marli Maria Ferreira

Dissertação submetida ao colegiado
do curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para obtenção do
título de Mestre em Educação.


Florianópolis, março de 1993.

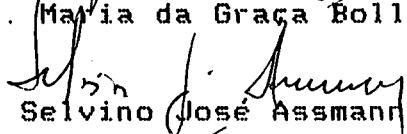
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

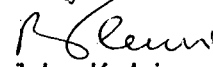
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES - INTERESSES
EM JOGO

Dissertação submetida ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 12/03/93


Profª. Drª. Maria da Graça Bollmann (Orientadora)


Prof. Dr. Selvino José Assmann (Examinador)


Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri (Examinador)


Profª. MSc. Teresa Kleba Lisboa (Suplente)


MARLI MARIA FERREIRA

Florianópolis, Santa Catarina

Março/1993

SUMÁRIO

OFERECIMENTO	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	vii
CAPITULO 1 - OS INTERESSES COMO ELEMENTO DETERMINANTE NAS RELAÇÕES SOCIAIS	
1.1. O porquê de estudar os interesses e suas manifestações - objeto e objetivo	1
1.2. Considerações teórico-metodológicas	7
1.2.1. Procedimentos metodológicos	9
1.2.2 Interesse, significado parcial	12
1.2.3 O individual e o coletivo	22
1.2.4 A burocracia do Estado Capitalista	29
1.2.5 O trabalho influenciando a vida das pessoas	44
1.2.6 Momentos sociais: criatividade e participação	50

CAPITULO 2 - APRESENTAÇÃO DO BAIRRO CARIANOS E DA PESQUISA
NO SEU INTERIOR

2.1. Carianos e parte de sua história	54
2.2. Associação de Moradores, formação e fatores	65
2.3. Organização de bairro, processo educativo	73
2.4. Ocupação de espaço civil, possível autonomia	84

CAPITULO 3 - INFERENCIA NA PRÁXIS POPULAR

3.1. Importância da Associação de Moradores	89
3.2. Articulação de interesses, a pedagogia informal	95
3.3. Conhecimento dos avanços e limitações	100
3.4. Sinais progressivos para o conjunto de organismos similares	104

CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
----------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	111
--------------	-----

ANEXOS

OFERECIMENTO

As minhas filhas

Paula e Luciana.

AGRADECIMENTOS

A todos (parentes, professores e amigos) que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, em especial à professora Graça, Dirce, Dulce e Fernando.

RESUMO

Este estudo procura retratar a vida de um organismo popular que surgiu na sociedade brasileira e penetrar no seu cotidiano de relações sociais que visa prioritariamente a ação reivindicatória, mas que produz, em sua vivência, um conhecimento capaz de superar essa limitação - a Associação de Moradores.

Os carecimentos coletivos de um bairro cujos moradores anseiam por uma melhor qualidade de vida, determinam objetivamente a união de pessoas na formalidade de um grupo social. Todavia, não é fácil abandonar a comodidade individual para inserir-se numa ação coletiva, transformada pela sociedade moderna, onde a luta pela sobrevivência reforça os interesses individuais.

Esses interesses, que estão presentes no cotidiano das relações sociais, tendem para a dominação dentro e fora do grupo. Há possibilidade de a práxis popular ter cada vez mais consciência de seu papel sócio-educativo e de se situar num contexto mais democrático. Para isso é necessário, pelo que percebemos, que ela tenha mais ambição na direção de seus objetivos de luta, a começar pela articulação de forças similares, fato este constatado no decorrer da pesquisa.

ABSTRACT

The present work tries to picture the life of a popular organism which appeared in the Brazilian society. It also tries to enter its routine of social relations that aim at a claiming action, but that produces in its experience a knowledge which is able to overcome this very limitation - the Dweller's Association.

The collective carecimentos of a district in which dwellers seek a better quality of life determine, objectively, the joining of people in a formal social group. However, it is not easy to leave behind one's individual comfort in order to join a collective action, transformed by a modern society where the struggle for survival reinforces individual interests.

These interests, which are present in the routine of the social relations, tend to the domination inside and outside the group. The possibility exists of the popular praxis to achieve a higher awareness of its social and educational role, and of placing itself in a more democratic context. For this to happen, considering what we have seen, it is necessary to it to be more ambitious in directing its goals. This can begin with the articulation of similar forces, a fact that we have verified during our research.

Introdução

A presente pesquisa permitiu-nos estudar a dinâmica de um grupo social cujo objetivo centraliza-se nos carecimentos coletivos da população de um bairro, tais como: escola, saúde, saneamento, lazer, cultura, etc.

Esse tipo de organização popular que representa o bairro, conhecida por Associação de Moradores, movimento sua ação sócio-educativa em busca de melhores condições de vida através dos serviços públicos oferecidos ou não pelo Estado e/ou município, em termos administrativos.

Nossa atuação na pesquisa se deteve sobretudo na manifestação dos interesses das pessoas em pertencerem ao grupo e daquelas que, de fora, influenciam o processo. Essa relação primária de "pertencimento", *a priori*, não revela importância, mas percebemos em anos de experiência anteriores à investigação, que outros elementos sociais se desencadeiam a partir dos interesses e, entre eles, destacamos "a relação de poder" como um instrumento de luta individual e coletiva.

Pondo em relevo, portanto, a categoria dos interesses, fizemos um estudo e análise dessa motivação humana que permeia as relações do homem, dos homens entre si e destes com a sociedade.

Aliar teoria à prática da questão posta nos foi facultada a partir do Mestrado em Educação, cuja possibilidade de explorar o conhecimento do objeto nos garantiu destacar a

importância desse organismo popular, ou seja, perceber e avaliar o instrumento de luta popular permitido pelo Estado populista e autoritário às populações periféricas.

Tal forma, encontrada pelo Estado e sistematizada por instituições de cunho "desenvolvimentista", tomou para si a direção das políticas sociais na criação e estimulação de espaços físicos - centros sociais - ou simplesmente na organização de grupos - conselhos ou associações - que, disseminados em algumas regiões do Brasil na década de 60 e em Santa Catarina a partir de 70, co-participaram nas políticas sociais.

A assistência aos desassistidos que se aglomeravam desordenadamente nas cidades e no campo tinha, portanto, segunda a prática institucional, e aqui devemos mencionar a ação do Serviço Social de Comunidade, a oportunidade de apresentar seus inúmeros problemas às autoridades e buscar de forma conjunta - povo e governo - as devidas soluções.

Essa concepção de participação popular ou de cooperação de grupos periféricos determinou, por um longo período histórico, certa submissão dos populares ao sistema vigente. Todavia, a transformação do Serviço Social, em função da sua abordagem metodológica, marcou um novo momento para os profissionais repensarem a prática social, sem negar contudo que

O Serviço Social surge e se desenvolve como profissão na divisão social do trabalho com algumas características, a saber: como parte

de uma estratégia de classe, de um projeto para a sociedade que preside suas origens e seu desenvolvimento, o do bloco no poder: surge também como um tipo de ação social que é essencialmente política, mas que aparece travestida da aparência de atividades dispersas, burocráticas, descontínuas, de caráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento de "benefícios sociais". (IAMAMOTO, 1992:174)

E assim, esse incentivo de co-participação gerou, com o passar dos anos, uma mudança de mentalidade nas lideranças populares, que se apossaram do processo segundo suas conveniências, adequando-o na práxis cotidiana e revertendo o jogo de forças. As concessões permitidas pelo poder público passaram a ser encaradas como um direito de cidadania e não mais como um mero ato reivindicatório.

A produção de conhecimento extraída de uma prática controvertida, fundamentada num paradigma populista, apresenta em sua trajetória perspectivas articuladoras, tendo como pano de fundo o papel dos atores populares e os limites institucionais que cerceiam o seu livre desempenho.

Nesse sentido desenvolvemos, no período de 1989 a 1992, a investigação no grupo, exercendo papel múltiplo, dada a caracterização de nossa realidade. Empenhamo-nos na captação dos elementos intrínsecos e extrínsecos da organização popular, com base na metodologia da Pesquisa Partici-

pante, procurando, como moradora do bairro, integrar-nos ao trabalho do grupo na defesa dos direitos coletivos, portadora que somos das mesmas carencias cotidianas.

O direito a voz e voto no interior da associação, permitiu-nos focalizar as prioridades, sugerindo e decidindo o melhor encaminhamento dos carecimentos em nome dos demais associados.

Na qualidade de pesquisadora, nos detivemos na observação dos fatos mais relevantes que nos elucidassem a razão dos interesses individuais e coletivos de certas pessoas que se organizam em Associação de Moradores para solucionar carecimentos, interferindo quando possível na manifestação e exercício dos interesses que por ventura indicassem uma prática educativa menos alienante em relação ao grupo e fora dele...

Contudo, nossa inserção no grupo por um período de três anos não esgotou de forma alguma o potencial de conhecimento que o objeto possui, uma vez que esse tipo de organização social recebe continuamente influências do contexto político e econômico que altera sua forma de ser e de agir.

Partimos do pressuposto de que o interesse é uma motivação sócio-psíquica inerente ao homem, dirigida à satisfação de carecimentos e construídos no seu cotidiano conforme as circunstâncias objetivas da sociedade. Neste sentido, é válida a contribuição do materialismo histórico, embora cientes que estamos do risco que corremos, por sabermos que não são raros os reducionismos presentes na conceituação

e interpretação de comportamentos e fenômenos sociais, ao utilizarmos esta expressão.

E assim, nosso trabalho apresenta no primeiro capítulo as considerações teórico-metodológicas, partindo de um enfoque parcial do termo interesse. A diversidade de significação do termo nos faz conjecturar sobre o homem e sua individualidade e desintegração com a modernidade do homem coletivo. Nesse quadro moderno estão presentes a sociedade capitalista e a burocracia que, juntas, dificultam as negociações da organização popular na satisfação dos carecimentos materiais. Vê-se também que o Estado, quando atua, é na troca de concessões por votos ou outros ganhos indiretos que acabam fortalecendo a classe dominante.

O segundo capítulo trata do objeto, visando explorar, o mais amplamente possível, sua realidade e sua real utilidade para a população do bairro. Procuramos expor a natureza das relações travadas no cotidiano da associação, o poder de força que ela exerce e os freios inibidores face às forças antagônicas com que se depara.

No terceiro capítulo, os aspectos mais subjetivos da prática organizativa são explicitados e analisados, objetivando o entendimento e o significado da entidade para a classe que precisa se organizar para a satisfação de seus carecimentos e garantir, dentro das possibilidades, uma melhor qualidade de vida.

Nas considerações finais ressaltamos o significado da sua articulação apresentando, segundo os resultados, al-

gumas perspectivas da Associação de Moradores e de grupos similares face a um movimento social mais amplo da sociedade civil.

Capítulo 1 - Os interesses como elemento determinante nas relações sociais

1.1. O porquê de estudar os interesses e suas manifestações-objeto e objetivo

A escolha deste estudo recaiu sobre o tema "Associação de Moradores - interesses em jogo", pela prática profissional do Serviço Social em Desenvolvimento de Comunidade e pela preocupação com o processo educativo que se manifesta a partir da motivação dos interesses particularizados.

Queremos identificar, na Associação de Moradores, inserida no bairro Carianos - município de Florianópolis, as forças contraditórias que movem as pessoas a partir dos interesses de cada um, especialmente aquelas mais próximas ao processo.

Percebemos que, na prática dessa relação grupal, as pessoas socializam conhecimentos e produzem conseqüentemente novas formas de encarar o cotidiano, considerando as dificuldades que enfrentam para o desempenho de atividades como: trabalho, estudo, família, recreação - em síntese, a manutenção da sobrevivência.

O processo gradativo de aprendizagem informal no grupo contribui para a formação social e política dos participantes em decorrência da troca de idéias, organização de tarefas, elaboração de projetos e plano de trabalho, em busca de soluções mediatas e imediatas, através de recursos próprios ou, na grande maioria deles, na dependência do se-

tor público para a satisfação dos carecimentos coletivos.

A luta desse grupo social está centrada nos "carecimentos materiais"¹ de necessidade coletiva, de acordo com seu grau de prioridade que proporcione melhoria na qualidade de vida dos moradores do bairro na construção de: habitação, saneamento, transporte, educação, saúde, ambiente, etc.

O projeto coletivo vinculado à origem do processo grupal sofre restrições participativas, uma vez que o bairro Carianos ou a comunidade² não costuma explicitar, na sua totalidade, as razões de apoio ou de rejeição a determinada decisão tomada pela diretoria da Associação.

Essa questão participativa é bastante discutida nos dias de hoje, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico e comporta, neste estudo, uma análise com base nas relações capitalistas de produção, possível freio inibitório da população organizada em bairros e quem sabe em outros segmentos sociais.

1 Utilizamos o termo "carecimento" conforme foi designado pela cientista social Agnes Heller na obra Para mudar a vida, para classificar as necessidades de uma melhor qualidade de vida, no campo material e cultural. O termo carecimento nos parece que se aproxima mais do objeto de estudo, uma vez que reflete a necessidade em si e a motivação para obtê-la, mediado no nosso entender, pela relação de poder interna e externa à práxis da Associação de Moradores.

!RN2

2 As Associações de Moradores são organizadas no sentido de desenvolver atividades de interesse coletivo. Para funcionamento legal como entidade jurídica de direito privado, possui registrado em cartório um estatuto que contém normas básicas de seu âmbito de ação. Utilizamos o termo "comunidade" para explicitar o espaço físico de sua abrangência.

F

!RT

Esse efeito, invisível ao senso comum e simultaneamente pernicioso ao homem, permite o exercício da cidadania de certa forma contemplativa, ou seja, retira do indivíduo o interesse, a curiosidade e o desejo de lutar, de ser um ator realmente participativo.

Pelo que temos visto, os moradores elegem as lideranças do bairro e delegam a elas sua representatividade. Poucos são aqueles que comparecem às reuniões ou manifestações por melhorias. A grande maioria permanece dissociada dos acontecimentos ou, em momentos críticos, demonstra relativo interesse.

Com relação ao estudo, a análise dos interesses, ainda que de forma temporária, está situada como objetivo maior, dada a sua forte tendência, na sociedade capitalista, como instrumento de poder, utilizado por indivíduos, grupos e classes sociais em favor da hegemonia de uns sobre os outros.

Tecendo essas considerações teóricas, temos presente que, na historicidade humana, o ser nutrido de raciocínio é movido por idéias, representações, crenças, sonhos e interesses que, afinal, lhes dão sentido à vida.

As várias motivações geradoras de energia intelectual e manual despertam no homem pensamentos e ações que possam lhe garantir a sobrevivência e, como se isso não bastasse, o ineliminável interesse por uma boa qualidade de vida. Isolado ou agrupado, o homem apresenta indiscutivelmente forte impulso à luta, à construção de ações que ofereçam segurança à espécie humana. E é no trabalho que ele canaliza

suas energias intelectuais e manuais, dando forma às suas idéias, criando assim valores de uso e de troca.

O desenvolvimento do homem, conforme as condições humanas e sociais, influencia sua produtividade, oportunizando o crescimento de suas aspirações de bem viver.

Embora assim deva ocorrer - trabalho e realização, as condições do capitalismo não o permite plenamente, obrigando o homem a extremos, ou seja, a uma dedicação quase que exclusiva ao trabalho, a uma condição de sobrevivência, ou ainda estimulando-o à organização com outros homens, a fim de enfrentar as dificuldades que se apresentam.

A luta incessante por realizações pessoais e coletivas formam uma sociedade complexa e competitiva, onde a demanda por bens materiais torna-se usualmente superior aos anseios particulares. A desigualdade entre os homens e a divisão em classes sociais marcam na sociedade moderna, mais do que nas anteriores, os antagonismos sociais.

A busca permanente por melhores condições de vida é motivada essencialmente pelos interesses, como uma mola mestra que impulsiona o homem para frente, independentemente, muitas vezes, do resultado dessa ação. O somatório de interesses, mesmo restrito a uma organização de bairro, forma um conjunto de situações, sobretudo quando o interesse individual se sobrepõe ao interesse de uma coletividade.

Há momentos de interação grupal em que o interesse individual se dilui, se escamoteia, contudo tende a reaparecer em outros momentos em que determinado projeto possa trazer vantagens como *status*, destaque político ou, se possí-

vel, ascensão financeira.

Temos também conhecimento de que os interesses demandam significados ideológicos que explicitados ou não, formam idéias praticamente paradoxais. Estamos nos referindo àqueles interesses derivados do Estado, da classe dominante e dos meios de comunicação.

Cria-se no interior da relação grupal de um micro espaço físico, em detrimento desses contrários, um conjunto de situações a serem desmistificadas paulatinamente.

Em função ainda das influências, devemos considerar sobremaneira a relação da organização popular com as instituições burocráticas, que determinam a satisfação ou não dos carecimentos, e com o Estado, que controla a decisão política e a concentração e distribuição dos bens e serviços sociais à população supostamente marginalizada.

Nesse sentido, é difícil entender a intenção do Estado em estimular a criação dos organismos populares e reconhecê-los oficialmente, uma vez que se mostra indiferente à pressão popular na reivindicação e satisfação de um carecimento material.

O Estado capitalista parece servir aos interesses de classe, desviando a atenção dos populares sobre seu papel repressor e inibidor. Cria normas burocráticas e hierárquicas que objetivam o impedimento de uma ação mais expressiva, prevalecendo, em última análise, os interesses da classe dominante.

A pesquisa visa, nesse sentido, captar os interesses que permeiam a relação grupal, identificando suas variá-

veis, assim como analisar, num contexto mais amplo do bairro, as influências e tendências dos interesses que influenciam o destino ativo ou passivo da organização popular.

1.2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Identificar e compreender os interesses que movem as pessoas na organização e funcionamento da Associação contribui, no nosso entender, para o aprofundamento do processo educativo presente nessa prática social.

A caracterização básica desse tipo de agrupamento na sociedade atual, situado em sua maioria na periferia dos aglomerados urbanos, passa necessariamente pela satisfação de carecimentos materializados em melhorias sociais que, não satisfeitos, dificultam a ação normal das pessoas nas suas relações cotidianas.

Esses carecimentos, pela sua natureza - obra e melhorias - extrapolam a iniciativa particular, uma vez que se trata de investimentos sociais, por conseguinte de origem e ordem pública, pois o Estado, com seu aparato institucional, tem competência, *a priori*, para saná-los.

Percebemos que o custo que o cidadão reivindica hoje ao Estado representa, sem profunda análise, inferior à sua contribuição direta ou indireta na economia visível ou invisível da sociedade brasileira. A segurança ou a qualidade de vida implica a disponibilidade de serviços prestados à população que, não satisfeita com o comportamento da burocracia institucional, se organiza em bairros, exprimindo assim a defesa de seus interesses. De sorte que essa experiência resulta num conhecimento produzido na prática do grupo, despertando as pessoas para ações mais conscientes e democráticas.

Nessa perspectiva, assim se expressa HABERMAS:

As capacidades de aprendizagem, adquiridas num primeiro momento por membros individuais da sociedade ou por grupos marginais, encontram acesso ao sistema interpretativo da sociedade através de processos de aprendizagem exemplares. As estruturas de consciência, partilhadas a nível coletivo, e as reservas de saber representam - em termos de conhecimentos empíricos e de convicções práctico-morais - um potencial cognoscitivo que pode ser socialmente utilizado. (1990 : 141)

Sabemos que a satisfação dos carecimentos representa o objetivo primordial da ação coletiva e de que, no contexto da luta, prospera um processo educativo. Assim, a profunda desigualdade social entre as classes urbanas e periféricas é causa da organização popular, pelo menos na idealização imediata dos carecimentos materiais e mediata no sentido cultural do processo.

Temos consciência de que somos audaciosos em utilizar o referencial citado, mas a profunda desigualdade social entre as classes urbanas e periféricas acusam o determinismo econômico como causa fundamental da organização popular, pelo menos na idealização imediata dos carecimentos materiais e mediata no sentido cultural do processo.

O crescimento da periferia urbana, onde os careci-

mentos básicos se acumulam e se deterioram, apresenta grau de marginalidade acentuado. Por outro lado, parece-nos que o Estado ignora tais carências ou não dá conta de supri-las convenientemente. Também percebemos que os bens e riquezas sociais não são distribuídos equitativamente, obrigando a população da periferia a se organizar em Associações para obter os recursos, o que não vemos acontecer com a classe burguesa.

Frente a essas questões, a população se organiza não só para o enfrentamento dos seus direitos sociais, mas também para ocupar seu espaço como cidadãos livres e produtivos.

Essa possibilidade da organização nos faz buscar em HABERMAS um conceito mais específico do materialismo histórico que, além da análise do econômico, confere igual importância ao elemento reflexivo, político, integrador da sociedade. Como observa o autor:

O materialismo como uma teoria da evolução social que, em virtude do seu *status* reflexivo, é iluminadora também no que se refere às finalidades da ação política e, em certas condições, pode ser ligada a uma teoria e a uma estratégia de revolução. (1990 : 111)

1.2.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na qualidade de profissional de Serviço Social,

atuamos no bairro Carianos em 1984-86, quando da existência do Conselho Comunitário, grupo formado em 1981 através da intervenção do Projeto Comandos Sociais³, ligado à Fucadesc⁴ - Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade, hoje Secretaria da Habitação.

Surgiu no curso de Mestrado em Educação, a proposição de estudar a referida organização que sofrera mudanças significativas, dentre elas a reforma estatutária, objetivando o desvinculamento institucional, que explicaremos mais adiante.

Este estudo centra sua atenção nos anos de 1989-92, todavia retornamos, no decorrer do estudo, a alguns dados antecedentes a esse período para melhor situá-lo historicamente, assim como fazemos referência parcial de um acontecimento com perspectivas para 1993.

Aproveitamos também informações, com menor sistematicidade, da Associação do Jardim Califórnia - AJAC, que faz um trabalho semelhante, porém restrito a um loteamento e que

3 O Projeto Comandos Sociais foi uma iniciativa do Governo Catarinense em 1980. Com estrutura própria e assessoria técnica da Fucadesc, o projeto tinha por objetivo: conhecer a realidade dos bairros da periferia do município de Florianópolis, organização de grupos representativos de cada bairro e solução junto ao Governo dos carecimentos ditos prioritários.

4 Fucadesc - Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade, criada pelo decreto do Governo Catarinense em 1979. Com sede na capital, a Fucadesc possui atuação em desenvolvimento comunitário praticamente em todo o Estado. Sua incumbência principal era a operacionalização dos Centros Sociais Urbanos, programa criado pelo Governo Federal. A Fucadesc teve intensa atribuição técnica na década de 80, contudo o vazio de sua ação desenvolvimentista foi mais acentuado com o programa da municipalização, sem entrarmos em questões políticas, adequadas segundo a sucessão governamental.

está na área física da Associação de Moradores e Amigos do Carianos - AMOCAR.

Nossa intervenção como pesquisadora centrada na dinâmica do grupo, dos moradores, das lideranças e instituições, voltou-se também para o fortalecimento do agir e pensar coletivo, porque acreditamos na aprendizagem educativa da ação pedagógica específica, interferindo quando necessário no posicionamento de atitudes críticas frente às mais diversas situações.

Dedicamo-nos também ao acompanhamento sistemático em reuniões periódicas da Associação, contatos formais e/ou reuniões externas com grupos do bairro e de bairros adjacentes, entidades privadas, municipais e estaduais.

De acordo com os procedimentos técnicos da Pesquisa Participante, adotamos essa metodologia de proximidade, procurando penetrar no grupo, no bairro e no ambiente externo que recebe e determina influências.

Nos reportamos, ainda, na utilização de atas de reunião, plano de trabalho, relatórios de avaliação, documentação institucional, conversas informais sobre carecimentos, depoimentos em assembleias; com a finalidade de obter o maior número de dados técnicos sobre o tema. A aplicação de formulários de entrevista com indagações abertas e fechadas permitiu-nos o contato individual com membros da diretoria, com moradores participantes do processo e com moradores alheios ao trabalho da Associação. Assim pudemos colher e conhecer a realidade sob diversos ângulos.

Essas informações, acrescidas à prática do grupo

sistematizada pelo período exposto, permitiram assegurar a cientificidade da proposta de estudo.

Fazendo uso desse procedimento de pesquisa, aliado à experiência profissional na área e dos conhecimentos adquiridos no Mestrado, tivemos preocupação em desenvolver um trabalho sério sobre esse micro espaço da organização social, cuja importância reside na perspectiva de construir um coletivo menos individualista.

1.2.2. INTERESSE, SIGNIFICADO PARCIAL

O termo "interesse"⁵, pelo que constatamos, sofre alterações sociais em sua interpretação, na medida em que as relações entre os homens se modificam historicamente.

Alguns estudiosos do assunto interpretavam as ações mais afoitas ou egoístas do homem como fatores condicionados ao meio social, outros já identificavam essas reações como desejos internos acrescidos a caracteres externos, porém quase sempre prejudiciais ao homem se não freados convenientemente.

A palavra que antes manifestava quase que a totalidade das reações nocivas ao homem, justamente pela sua ambigüidade ou direção objetiva, era a palavra "paixão". Por paixão nutria-se o homem e permutava suas relações tanto pa-

5 Retiramos, em síntese esses dados explicativos sobre o termo "interesse" e sua evolução histórica da obra de Albert O. Hirschman, As Paixões e os Interesses, buscando compreender o sentido da palavra tanto no plano objetivo como subjetivo da ação humana.

ra o mal quanto para o bem.

Tanto no sentido particular quanto no público esse termo afetava as relações, dada a sua subjetividade ou racionalidade a uma certa exclusividade de um valor especialmente material. Exemplo disso era que certas frações da burguesia em séculos anteriores se excediam no usufruto de regalias advindas das paixões, o que chamava a atenção para a transformação dos vícios privados em benefícios públicos.

Segundo HIRSCHMAN,

A idéia da mobilização das paixões foi capaz de sobreviver e prosperar, tendo como um dos dogmas principais do liberalismo do século XIX, quanto como um dos postulados centrais da teoria econômica. Porém, nem todos escaparam da ambição de generalizar a idéia da mobilização das paixões para além de uma paixão específica. Com efeito, alguns dos seus adeptos posteriores foram ainda menos cautelosos do que VICO: para estes a marcha da história era prova suficiente de que, de algum modo, as paixões dos homens concorrem para o progresso geral da humanidade ou do Espírito do Mundo.
(1979:27)

E interessante também destacar que Adam Smith, na obra A Riqueza das Nações, dá uma outra perspectiva aos termos vício e paixão por "vantagens ou interesses", indo de en-

contro ao ponto de vista das relações econômicas entre os homens. (ibid:26)

A agressiva busca de riquezas, glória e domínio é gradativamente substituída por outras paixões que possam inclinar os homens para a paz, no sentido de temer os malefícios da riqueza e desejar, assim, bens materiais de forma equilibrada.

Não se pode, contudo, negar que o termo interesse, mesmo no séc. XVI, já possuía um significado voltado aos aspectos materiais, induzindo à qualidade, ao cálculo e especialmente à arte do domínio, detendo, o vocábulo, conotação objetiva como guia da ação humana. Portanto, possuir interesse por algo ou alguém já era um determinante intrínseco ao ser humano.

Com referência à arte de governar como regra básica do homem ou do Estado, podemos dizer que ela influenciou notadamente o termo, de maneira tal que a evolução das dicotomias se sobrepuseram: ora para a paz ou a guerra, ora para o desenvolvimento ou a dominação.

Historicamente o termo ganha profundidade na área econômica do interesse, como o lucro, e também se torna grande ocultador de ações de poder, isto é, do mundo ser governado por interesses que pressupõem boas e más intenções. Em suma,

a convicção de que o interesse podia ser considerado motivo dominante no comportamento humano causou considerável excitação intelec-

tual: finalmente fora encontrado uma base realista para uma ordem viável. Porém um mundo governado pelo interesse oferecia não somente uma alternativa aos modelos excessivamente exigentes de estados que "nunca foram vistos ou nunca se soube que tenham existido", percebia-se que apresentava um certo número de vantagens específicas próprias. (ibid:50)

Sendo visível ou invisível à natureza humana, no interesse reside o pacto fundamental do sentido natural das coisas. O ganho, ou seja, a positividade de ações favorece a vários elementos humanos.

Há que se ter presente que se o fenômeno se multiplica, é óbvio que a reação é mútua, e assim não se torna algo isolado, sendo importante o equilíbrio mútuo de interesses entre os indivíduos. Embora se deva manter esse equilíbrio em termos racionais, uma vez que todos os homens são movidos por interesses, quase sempre vence o mais forte, o mais audaz. O desejo da posse e do poder é um interesse universal a todas as culturas.

Qualquer ação humana é caracterizada por retornos e parece-nos que na prática cotidiana ninguém quer receber pouco: há sempre um interesse superior ao investimento numa causa individual ou coletiva. Nesse sentido, vejamos a observação de que:

Um comércio conduz a outro: o pequeno ao medi-

ocre, o mediocre ao grande; e aquele que teve tanta vontade de ganhar um pouco coloca-se numa situação onde não tem menos vontade de ganhar muito. (cf. Hirschman, ibid:55)

Numa visão bastante moderna, coloca-se o interesse como um possível "ganho mútuo" entre as partes, todavia há que se considerar as diferenças de classes sociais onde a disputa por idéias e ações circulam em patamares desiguais. Nesse contexto,

Samuel Butler sustentava que as pessoas incapazes e tolas no governo representavam uma vantagem, comparadas às mais sábias e cuja importância não é desprezível; pois nenhum homem pode supor, ou imaginar, antecipadamente o curso da ação pelo qual estas pessoas vão provavelmente optar em qualquer dada situação, enquanto não é difícil prever, a partir dos seus interesses, aquilo que os homens mais sábios vão, com base na razão, provavelmente preferir. (cf. Hirschman, 1979:51-52)

A lógica da competitividade, em qualquer campo dos interesses, segue um raciocínio baseado na racionalidade dos atos, ou seja, as possibilidades se oferecem àqueles que se abstraem da mera passividade de agir ou dos sentimentos despidos de objetividade.

Nesse sentido, o equilíbrio entre razão e sentimento altruísta, no caso, são pesos e medidas diferentes e funcionam como mecanismo de tensão já que tendem, na formação e no conteúdo, para direções antagônicas.

Há que se considerar também que o homem é mantido por interesses insaciáveis de sucesso, de ambições, sobretudo na sociedade capitalista onde o valor monetário supera outros. As inferências que regulam um interesse passam a ser inconstantes, imprevisíveis, não confiáveis. Torna-se praticamente inviável (o exercício) a certeza de uma ação desprovida de interesses, por mais insignificante que ela seja.

Num patamar superior, onde as decisões de governo e de segurança envolvem interesses intercontinentais, as negociações passam pela administração de interesses por razões óbvias de domínio e, entre os menos radicais, por razões éticas de sobrevivência.

O poder, seja ele pelo capital, pelo comando, pela qualidade cultural ou pela desigualdade social, confina o homem à ignorância imensurável de seus atos sociais ou, por assim dizer, anti-sociais.

A princípio, os interesses norteiam toda e qualquer ação, contudo, numa análise de conjunto, onde a abrangência de indivíduos identifica contraditoriamente os interesses, necessariamente tem-se vencidos e vencedores.

Manifestar interesses bons ou ruins, maldosos ou saudáveis, encerra uma relação de poder que justifica a própria natureza humana, inesgotável em toda dimensão existencial; porquanto, "o amor do poder é natural, ele é insaciável

vel; quase constantemente aguçado, e nunca saciado pela posse". (cf. HIRSCHMAN, 1979:78)

Passando do autor citado para HABERMAS, percebemos uma outra direção dada ao termo, ou seja, o cientista traça uma análise dos interesses reais e irrealis a partir supostamente de

"(...)erro ideológico, a saber, deve acontecer que os agentes que sofrem de consciência ideologicamente falsa são iludidos sobre seus próprios interesses. A ideologiekritik deve esclarecer os agentes a respeito de seus verdadeiros interesses". (1988:75)

Este autor nos coloca a questão da geração das manifestações, necessidades, desejos e preferências de grupos, de extratos ou da sociedade sadia ou patológica.

A ambigüidade de ter, sentir ou expressar um interesse pode ser manifesta, mas porém interpretada através da leitura e comportamentos sociais. Deriva, segundo o autor, a própria ambigüidade, da ilusão do que seja real ou irreal para os agentes sociais, o que nos leva a supor de imediato o nível de consciência sobre o conhecimento de determinado interesse.

As condições em que forem engendrados os interesses têm a ver, nessa análise, com o "fetiche" que envolve o conhecimento sobre a sua manifestação e o surgimento de outros que vão se acumulando de acordo com as circunstâncias.

Parece-nos que empiricamente a manifestação dos interesses corresponde a um distanciamento crítico, como HABERMAS recomenda, como também a uma certa ingenuidade dos agentes que insistem em manter acesso às boas intenções de indivíduos com comportamentos duvidosos.

A visão crítica sobre a manifestação dos interesses requer condições objetivas, isto é, o autoconhecimento do real, do verdadeiro, que se apresenta ao agente social. E isso se obtém no decorrer do processo educativo, no caso em foco de uma práxis cada vez mais elucidável da associação de moradores.

Mas como o ser humano é complicado e nem sempre fala o que pensa, discernir os seus reais interesses passa a ser um exercício deveras exaustivo e muitas vezes decepcionante.

Devemos ter consciência de que a sociedade moderna, por sua essência competitiva, elimina interesses desnecessários ao Sistema, como no caso da organização civil. A adequação ao paradigma capitalista parece estar presente na consciência do indivíduo, cujo modelo de relações sociais transforma os valores de uso em valores de troca, derivando daí a grande maioria dos interesses.

A estrutura da sociedade moderna, onde reside o modo de produção capitalista, caracteriza-se sobremaneira por essa dissolução de laços interpessoais, de relações sociais mais humanas e moderadas, do encontro sociável entre indivíduos pela construção de algo em comum.

Esse isolamento humano, em termos, considerando a

estrutura do trabalho social que junta os indivíduos num ato cooperativo, leva-nos a supor que a base sólida da organização "o homem" cede espaço à materialidade das forças produtivas.

E assim, o homem evolui, construindo de forma isolada e coletiva seus valores de uso e valores de troca, mas parece que está aos poucos perdendo a humanização de si mesmo em função do capital, ou está se tornando robotizado pela modernidade do cotidiano. Alberto Guerreiro Ramos nos mostra os valores adquiridos na sociedade moderna e, simultaneamente, a perversidade contida nos mesmos que contribui para a desintegração de um coletivo íntegro:

Essa sociedade gera um tipo peculiar de conduta, que merece ser referida como comportamento, e para comportar-se bem, então, o homem só tem que levar em conta as conveniências exteriores, os pontos de vista alheios e os propósitos em jogo. (1981:57)

Esses valores com caracteres alienantes e forjados num cotidiano massificado, dada a própria situação da população de pouco poder aquisitivo, fortalecem o poder da classe dominante, uma vez que a classe operária se deixa levar pelos sintomas comportamentais e abandona aos poucos a luta por melhores condições de vida. Seja na associação de bairro, no sindicato ou no partido político, deixa-se levar costumeiramente pelas conveniências exteriores.

Ao exame desse "sintoma social" que provoca historicamente o recuo participativo, vejamos um pensamento de LEFEBVRE:

A classe operária vive no meio dos signos de consumo e consome uma massa enorme de signos. Sua cotidianidade se compõe sobretudo de pressões e comporta um mínimo de apropriações. A consciência, nessa situação, se realiza no nível do imaginário, mas logo sente aí uma decepção fundamental. E que as modalidades de sujeição e de exploração dissimulam à classe operária sua verdadeira condição. Ela não percebe que é facilmente explorada e subjugada no plano da cotidianidade e do consumo, assim como no plano da produção. (1991:101)

Subjugada, nas condições objetivas sociais, a classe operária mantém-se à margem do processo social mais amplo, praticamente reservada ao seu mundo consumidor, que também lhe é restrito ao mínimo necessário. Todavia, há um outro ponto a ser considerado nesta questão: se o isolamento social dificulta a aproximação de indivíduos para pensarem e agirem sobre a condição imposta, supõe-se que pelo menos estes indivíduos estejam sendo recompensados materialmente, ou seja, satisfeitos na sua relação de trabalho, a tal ponto que sua individualidade apresenta um bem estar social e considere desnecessário se integrar à luta coletiva.

Contudo, não é exatamente isso o que ocorre. Contraditoriamente, o fenômeno econômico aponta para o cerceamento de bens sociais produzidos pelo trabalhador assalariado, pela maioria que se encontra nos bairros. Apesar disso, todos se queixam da insatisfação social, da situação em que se encontram, mas alegam que não há tempo livre para pensar em outra coisa. Aqueles que se fazem presentes na Associação não se dispõem a pensar; querem de imediato partir para a execução de alguma coisa. Não é exatamente isso que se pretende na organização: fazer sem pensar ou aceitar os fatos como se apresentam. A constante reflexão sobre as influências do grupo e no grupo precisam ser questionadas e analisadas, caso contrário a formação coletiva tenderá à desagregação.

Em sua obra, *A Ideologia Alemã*, MARX observa um fato que inserimos na situação posta: "A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses mas ainda os proletários, apesar de aglutiná-los".(1987:96)

Essa ilusória aglutinação dos indivíduos de forma acentuada e persistente nos chama a atenção para a causa em foco em busca de uma explicação plausível, ou pelo menos que dê conta de parte dos sintomas, alguns sintomatizados na organização popular.

1.2.3. O INDIVIDUAL E O COLETIVO

O homem é o eixo fundamental da sociedade: gira e faz girar o universo em torno de si, cria e transforma o am-

biente social no qual está inserido. Usando a linguagem para se comunicar, de imediato se processa no homem a complexidade das relações sociais, dada a multiplicidade de idéias e atos que se desencadeiam.

Grande importância tem a individualidade de cada ser humano, todavia, numa visão de totalidade social, as relações são mútuas entre os homens. Na individualidade residem elementos que dão forma diferenciada ao homem, mas considerando as relações sociais mais amplas, obrigatoriamente deve-se levar em conta outros aspectos. Para GRAMSCI,

(...) deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Mas o segundo e o terceiro elementos não são tão simples quanto poderia parecer. O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos dos mais simples aos mais complexos. (1987:39)

Interagindo no ambiente social, nas várias formas ou atividades em que o homem se envolve na sua cotidianida-

de, muitas possibilidades de transformação se apresentam. O conjunto de relações sociais, cujo ponto central é o homem, sofre modificações à medida que ele toma consciência dos seus atos, reflete sobre os mesmos e passa a adotar atitudes mais conscientes consigo e com as pessoas à sua volta.

Como agente do processo social, o homem tem inteligência e consciência do que o cerca, embora seja uma consciência limitada, que condiz com a sua capacidade crítica de discernir aquilo que no momento se apresenta, conforme o desenvolvimento da sociedade e seu, naturalmente.

Na medida em que o homem trava relações com outros homens, com o mundo do trabalho e com a natureza, seu conhecimento se alarga, se aprofunda, agindo sobre sua individualidade para posterior influência na relação com outros, isto é, na relação coletiva.

Deslocando esses fatores para a convivência grupal da Associação de Moradores, percebemos a importância dos elementos contidos em cada indivíduo e da complexidade do somatório desses mesmos elementos segundo o número de participantes do grupo.

Tentamos refletir essa particularidade do fenômeno grupal com um integrante da Associação, e por mais que nos esforçássemos em compreender a motivação de cada membro ao entrar no grupo, constatamos que não é tão simples como parece, mesmo porque novas motivações se anunciam, devido certamente ao processo dialético pelo qual todos influenciam e são influenciados.

Motivação, postura, idéias, consciência são, além

de outros reflexos individuais, um conjunto de funções sociais orgânicas que diferem de um indivíduo para outro, mas que também podem ser, na dinâmica grupal, socializados e equilibrados de modo a obter um nível satisfatório de interação social.

Essa possível "interação social" tende a ir ao encontro do projeto coletivo da Associação, na medida em que o grupo se caracteriza em algo homogêneo, evitando assim os revezes pela diversidade de idéias e ações individuais.

O esforço concentrado sobre o projeto coletivo tende a ser frisado constantemente na prática associativa, haja vista os possíveis desvios para a área individual. Nesse caso, o interesse individual corre o risco de se sobrepor ao interesse coletivo.

Nessa linha de reflexão, o que se indaga no grupo ou entre alguns membros, ou ainda a pessoas não envolvidas diretamente na Associação, gira em torno dessa particularidade tão imperiosa na vida cotidiana de hoje:

- Que evidência premente determina a defesa da individualidade?
- Por que as pessoas têm dificuldade de pensar no coletivo?
- A luta associativa na modernidade perdeu sua caracterização solidária; precisa, portanto, ser repensada.

Para aqueles que adentram ao processo coletivo em busca de mudanças qualitativas, persistentes dúvidas acompanham seu comportamento em relação ao outro. Há como que um

jogo de pressão, um controle que um exerce sobre o outro. Praticamente nunca se está convencido sobre o real interesse do outro, ou seja, das boas ou más intenções.

No caso em foco, a "motivação" e a "intenção" dos interesses são geradores de sucessivas relações, formando continuamente um movimento que chega a uma maturação do processo grupal, como também há demonstrações ambíguas dessas mesmas relações no decorrer dos acontecimentos internos.

Extraír no contexto grupal da Associação o real valor da ação coletiva, a partir de uma motivação individual não explicitamente elaborada, é sem dúvida o nexu da práxis em estudo.

Esse ponto fundamental de conhecimento sobre "os interesses" está necessariamente interligado às contradições da vida cotidiana moderna, por considerar que essa organização de bairro está articulada à totalidade social.

O pensar e o agir de cada indivíduo inter-relacionado ao macro social engendra elementos antagônicos que tendem a decisões imprecisas ou previamente determinadas pelo sistema social que acaba retirando do indivíduo a possibilidade de participação no meio social como sujeito da história.

Indicações concretas, ainda que breves e sumárias, nos levam a acreditar na análise crítica da Sociedade Moderna feita por LEFEBVRE, quando afirma na obra citada anteriormente:

E nessa conjuntura que a ideologia da produção

e o sentido da atividade criadora se transformaram em ideologia do consumo. Essa ideologia destituiu a classe operária de suas idéias e "valores". (...) Ela apagou a imagem do "homem" ativo, colocando em seu lugar a imagem do consumidor como razão de felicidade, como racionalidade suprema, como identidade do real com o ideal (do "eu" ou "sujeito" individual, que vive e que age com o seu objeto).
(1991:64)

Faz-se, portanto, uma interrogação sobre este comportamento individual quase que radical, levando-se em conta o número de participantes no processo associativo de bairro. Neste contexto de micro espaço, de relativo conhecimento entre as pessoas, e pela forma de como conduzem suas vidas para sobreviverem, julga-se passar pelas relações sociais do mundo moderno o afastamento do indivíduo à ação coletiva.

A respeito, ressaltamos um depoimento surgido na Associação no último semestre de 1991:

- Como podemos trabalhar o coletivo quando somos atingidos individualmente dia após dia na luta pela sobrevivência? Se o meu particular está sendo atingido, se não tenho condições para lutar pela minha melhor condição de vida, como terei motivação para lutar pelos carecimentos da população, que parece também amortecida...

Ao exame dessa questão individual e da motivação para o trabalho coletivo, percebe-se que a participação ocorre quando existe emergência de uma prioridade ou quando está em planejamento uma obra, ou seja, uma possível materialização da prioridade.

Exemplo disso é a construção de uma sede social, de uma quadra de esporte ou melhoria do asfalto. As pessoas, nesses momentos, costumam adentrar ao processo impelidas pela conveniência pessoal, por fatos ligados a sua exterioridade ou ainda pela curiosidade do "algo novo".

O cientista social Alberto Guerreiro Ramos ilustra-nos nesse aspecto, colocando o seguinte:

Homens e mulheres já não vivem mais em comunidade onde um senso comum substantivo determina o curso de suas ações. Pertencem, em vez disso, à sociedade em que fazem pouco mais além de responder a persuasões organizadas. O indivíduo tornou-se uma criatura que se comporta (...). A síndrome comportamentalista, isto é, a ofuscação do senso pessoal de critérios adequados de modo geral à conduta humana, tornou-se uma característica básica das sociedades industriais contemporâneas. (1981:51 e 52)

1.2.4. A BUROCRACIA DO ESTADO CAPITALISTA

O Estado apresenta-se como uma figura distante, como uma abstração jurídica para a visão pouco esclarecida do cidadão comum, inseridos aí os moradores de um bairro, de um município, ou quem sabe de uma nação.

Tomando para análise essa representação do Estado, percebe-se que a maioria das pessoas, sobretudo aquelas com as quais nos relacionamos na Associação de Moradores, pouco questionam o papel do Estado ou o aceitam segundo sua imposição.

O poder do Estado, na verdade, está presente em qualquer prática social, mas de certa forma sua força está oculta ou desviada para outros entendimentos - tornando-se essa força impalpável, imperceptível.

Sob esse ângulo, cabe nesta análise a observação feita pelo cientista social POULANTZAS:

O índice de ideologização do discurso e também das práticas materiais do Estado é portanto flutuante, variável e diversificado segundo as classes e frações de classe às quais se dirige o Estado e sobre as quais age. A verdade do poder escapa freqüentemente às massas populares, não porque o Estado a esconda, mascare expressamente, sim porque, por razões infinitamente mais complexas, as massas não conseguem compreender o discurso do Estado às classe dominantes. (1990:39)

Se, ao contrário, visualizarmos o Estado como um conjunto de relações sociais, apenas parte desse conjunto fica transparente ao cidadão comum, ao trabalhador social.

Parte desse poder se sobressai onde as pessoas têm percepção da organização social, das instituições, das leis, do trabalho e da divisão das classes sociais entre ricos e pobres. Vê-se, no contexto, que o Estado Moderno se apropria dos mecanismos de controle social mas não dá conhecimento do seu real papel.

Ele, o Estado, se caracteriza eminentemente como um grande modelo organizativo onde cada parte precisa necessariamente estar em harmonia com a totalidade, surgindo assim como um componente mantenedor da ordem social, como a divisão do trabalho, a hierarquia e a burocracia, partes fundamentais para conter a desordem e favorecer a hegemonia do Estado Capitalista. Tanto é verdade que

Hoje, raramente o homem trabalha, defende seus interesses por conta própria, de forma isolada. Ele está inserido em organizações que coordenam seu trabalho, seu estudo, seus interesses, suas reivindicações. São organizações de caráter econômico, político, cultural, religioso que se justapõem, que se interpene- tram, que se entrecruzam, que entram em relações de cooperação e conflito, dependência e interdependência. (MOTTA e PEREIRA, 1988:16)

De forma genérica, esse sistema social assim posto cerceia iniciativas e exerce controle na movimentação de grupos interessados por fatias do poder, especialmente aqueles excluídos do saber e dos meios econômicos. Nesse sentido,

O autoritarismo significa a ausência de negociações entre o Estado e a Sociedade e a imposição pelo alto custo das diversas políticas públicas. O paternalismo/ clientelismo reveste essas políticas sob a aparência de favores, de concessões das classes dominantes às classes subalternas. (Faleiros, 1992:30)

Ao trabalhador militante com desejos superiores aos usufruídos, é permitida a luta incessante nos bastidores do palco social, em organismos populares, sindicatos ou, quando muito, em partidos políticos.

Na verdade, o que se dispõe à apreensão do poder popular, tomando-se como exemplo mais próximo, são as funções hierárquicas do poder político, onde são negociadas as questões relativas a satisfação dos carecimentos coletivos, no caso: escola, alimentação, habitação, saneamento, saúde, etc.

E permitido à organização popular enxergar algumas lacunas, como também enveredar por caminhos estreitos do poder e a ele reivindicar seus interesses sociais.

Oportuno, nesse aspecto, retomarmos FALEIROS quando

o autor comenta o papel do Estado.

O Estado não é nem o instrumento exclusivo de uma determinada força social nem o árbitro das forças em conflito. Ele é atravessado pelo conjunto das forças sociais que se manifestam em um determinado momento, assim como pelas múltiplas exigências estruturais de capital periférico e dependente, próprio à América Latina e, ao mesmo tempo, as articula. (ibid 29-30)

Como vemos, as relações sociais se restringem praticamente a um nível superficial, lento, improdutivo, o que gera insatisfação ou, de acordo com o momento histórico, uma energia criativa derivada da crise, que tende a superar esse estreitamento de poder.

Nessa linha de raciocínio, a composição e justaposição das relações sociais de poder caracterizadas no Estado Capitalista, onde é mantido o domínio de uma classe sobre a outra, discute-se a veracidade sobre o paradigma de que um conjunto de relações sociais formam o Estado. Na realidade, há uma forte impressão de que há uma dicotomia entre a teoria e a prática dessas relações.

São permitidos, contudo, através de concessões esporádicas, de promessas de fidelidade partidária, alguns carcimentos requeridos pelo segmento organizado no decorrer de sua insistência.

Biblioteca Universitária

Nesse modelo de Estado Burocrático, fica longe do alcance da população, mesmo que organizada, a luta mais concreta por condições justas de sobrevivência.

Tão forte é a presença da burocracia na sociedade moderna e o conseqüente emperramento da máquina administrativa, que parece quase impossível conviver com todos os entraves que dificultam a ação de uma coletividade.

Ademais, a burocracia já atravessou períodos históricos e continentes, sendo cada vez mais difundida no sistema capitalista, e, com a especialidade deste, a burocracia tende também a ser tecnoburocratizada, estendendo seus tentáculos de funções, agora então qualificadas. A esse propósito, recorreremos à seguinte afirmação:

Através da história, a burocracia modifica-se, sem perder algumas características essenciais. Seja como um grupo social, seja como forma de organização social, a burocracia é sempre um sistema de dominação ou de poder autoritário, hierárquico, que reivindica para si o monopólio da racionalidade e do conhecimento administrativo. (MOTTA e PEREIRA, 1988:9)

A prática da organização popular, cerceada por fatores políticos e burocráticos, dentre outros, como sinal evidente do poder, é impelida à submissão, à aceitação de concessões sob pressão ou levada à acomodação na longa espera dos recursos que poderiam satisfazer um carência so-

cial.

Como exemplo disso, deparamos com a situação caótica do Estado brasileiro, onde milhões de habitantes se mantêm à custa de concessões, sobretudo a classe popular. E neste modelo de Estado que:

Os governadores, prefeitos e parlamentares não podem ter uma atuação pautada por razões ideológicas. São obrigados a atuar em busca de soluções a curtíssimo prazo para os problemas daqueles que o elegeram. (Rezende, Folha de São Paulo, 1º ag. 1991, 1-3)

O que se apresenta a extratos sociais empobrecidos é justamente o contrário. Já há pelo menos, nessa população de periferia, a consciência de que ela é colocada de escanteio, ou seja, a população sofre o domínio e a rejeição de extratos superiores da sociedade.

A uma parcela desse social cabe o desempenho de dominar e à outra, a ação de agir sob o domínio. Se a segunda parcela se rebelar (manifestações pela satisfação dos carecimentos), ainda lhe restam estratégias de negociações, de certa forma limitadas a um plano político ou por repressões dos mecanismos desse mesmo Estado.

Falamos da repressão pois parece que a mesma está presente nas autoridades e instituições. Há sempre um cuidado de tratamento quando as lideranças populares se dirigem a elas. A condição de subalternidade se destaca de imediato,

devendo os populares respeitarem e obedecerem as regras do poder público.

De qualquer forma, esse tipo de organização popular é instável pela ação do Estado, uma vez que o mesmo usa de artificios para facilitar "ajustes" que convenham à classe dominante. Exemplo disso é a intervenção arbitrária na área rural e mesmo na urbana, no envolvimento com moradias e ocupação de terras improdutivas, onde persiste até a ameaça do desemprego para o pobre e sua família.

Suportar uma ação do Estado por tempo indefinido, desgasta a ação popular, tornando insuportável a decisão que possa tomar. Essa limitação que gera tensão e até dificuldades econômicas para sustentar uma ação popular, é bastante séria, onde tomamos de JON ELSTER, a seguinte citação:

O padrão de vida, em termos absolutos e relativos, é particularmente importante. O nível absoluto conforma a ação coletiva de duas maneiras opostas. De um lado, a pobreza oferece uma forte indução à ação coletiva, porque os muitos pobres "não têm nada a perder senão os grilhões" (a menos que as classes dominantes garantam que enfrentarão um destino pior que a morte, se fracassarem). De outro lado, porém a pobreza cria um obstáculo à ação coletiva, pois esta requer alguns recursos. Os mais pobres entre os trabalhadores podem ter a mais forte indução à greve, mas são também os menos

capazes de resistir sem salário durante longo tempo. (1989:151)

E é nesse cotidiano contraditório que a prática da Associação raramente extrapola os níveis de poder localizado (Municipal), uma vez que a fração política de acesso também é restrita e, por contingências da burocracia, dificulta uma articulação mais ampla.

Perseguindo o tema concessões, vejamos o que diz POULANTZAS:

O Estado trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável com compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominantes. (1990:36)

Neste patamar de assistencialismo, as políticas sociais são programadas e estendidas ao trabalhador, onde as concessões de seguridade social são ampliadas aos mais diversos carecimentos, do individual ao coletivo. A lei passa a garantir programas sociais de saúde, alimentação, transporte, habitação, etc. e deixa, muitas vezes, o trabalhador conformado com a suplementação do salário através dessas

formas indiretas.

Para refletir a seriedade desse desvio econômico que o Estado provoca, resgatamos a opinião de WOLKMER:

O grande instrumento do Estado é o Direito. Isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como "Estado de direito". O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta, deve ser aceita. A lei é direito para o dominante e dever para o dominado. (1989:159)

Concessões na ótica dos dominantes, direitos sociais na visão dos dominados, a verdade é que no único caminho para concretizar a satisfação de alguns carecimentos coletivos nesta estrutura de Estado, à classe popular no campo e na periferia urbana passa por uma série de contratempos.

A Associação de Moradores passa a ser um instrumento de luta viável, no contexto, para amenizar as dificuldades de articulação política, apesar de o processo histórico desse grupo ter sido marcado por idéias antagônicas. Exemplo disso é a implantação do Serviço Social de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, aproximadamente na década de 60.

Em síntese, esse método profissional de trabalho

social suscitou polêmica entre o campo e a cidade, entre a periferia ocupada por gente do interior, desempregados, subempregados e semi-analfabetos.

Como profissional sentimo-nos insuflados a comentar o processo brevemente, uma vez que o objeto de estudo sofreu influências do mesmo, além da história ter provado aos profissionais comprometidos com a transformação social, que era necessário repensar o método. Método este influenciado por uma cultura norte americana, com raízes populistas e com ações clientelistas de um país periférico.

A prática social ensinara, ao longo de um período, aos assistentes sociais, que receitas estrangeiras não se adaptavam aos caracteres brasileiros, e que para o avanço da profissão e da população atendida, o método precisava ser revisto, reconceituado.

A reconceituação do método ocorreu de modo genérico e específico, de forma a adequar teoria à prática segundo as especificidades regionais do Brasil. Deve-se levar em conta que a reconceituação não extinguiu de fato a estrutura de uma ideologia dominante, cujos aparelhos ideológicos do Estado, no sentido althusseriano, absorvia e ainda absorve a grande maioria dos profissionais desta área das ciências humanas, que reproduzem os conceitos de dominação, de assistencialismo, embora procurem manter um discurso contrário.

Para a assistente social Safira Bezerra Ammann, o método comunitário apresentava a seguinte conceituação:

O Desenvolvimento de Comunidade Brasileiro tem

se revelado uma ideologia - muito mais que uma técnica "neutra" - enquanto se vai historicamente conformando aos interesses dos centros hegemônicos internacionais, bem como nacionais, revelando flutuações temáticas e metodológicas consetâneas às preocupações do Estado, segundo as condições conjunturais e a configuração sócio-política da vida nacional.

(1980:159)

Temos ainda conhecimento de que a organização de bairros ou movimentos sociais por causas específicas no Brasil foram mediadas em sua maioria por agentes sociais ligados à religião, ao governo ou a partidos políticos.

O poder hierarquizado, referindo-nos especialmente à fração de assistentes sociais institucionalizada, revestido de intenções mobilizadoras e simultaneamente ambíguas, procura desenvolver um discurso isento de interesses políticos, todavia na prática sabe-se que é difícil ficar ao lado da população e manter o emprego institucional.

Há, no desempenho do assistente social, um compromisso com a classe popular, mas, ao mesmo tempo, ele predica idéias e planos forjados em gabinete, o que implica na real versão da participação, da inclusão dos atores no processo popular, isto é, dos possíveis fazedores da história.

Percebe-se também, na atuação do técnico, do político e do religioso, um comprometimento com interesses naturalmente divergentes, com conteúdo ideológico diversificado

e, por que não, com metas antagônicas. Em decorrência desses fatores, outras pessoas menos politizadas são alvos desse emaranhado de intenções, que podem resultar na manutenção das relações sociais existentes, como também num processo de produção de conhecimento vinculado ao cotidiano da população marginalizada.

Ve-se, portanto, que na prática social desses grupos a representação do Estado pode perpetuar-se, caso o nível de consciência crítica dos profissionais e dos populares sobre as relações derivadas do sistema capitalista, não for convenientemente desmistificado.

O desvelamento dessa questão crucial passa necessariamente pela compreensão dos elementos que se apresentam e como podem ser apreendidos no seu real valor.

Esse tende a ser um exercício pedagógico desafiante, onde os intelectuais orgânicos, na visão gramsciana, se defrontariam com o problema e se interrogariam a quem fortalecer com o seu conhecimento - ao Estado ou à população.

Em atenção a essa problemática, a prática social da Associação em estudo foi revista, e procuramos colaborar em conjunto com algumas lideranças sobre o papel e as perspectivas representativas do grupo. Hoje a Associação possui uma leitura mais clara desses componentes, contudo ainda não significa o ideal; outras coisas precisam ser mudadas, cujo enfoque faremos mais adiante e que passa, no nosso entender, por uma relação social democratizada.

O que se tem presente no momento é que a luta empreendida pela população organizada em bairros intervêm jun-

to ao Estado em busca dos carecimentos coletivos.

Essa necessidade explícita de obter concretamente melhorias na qualidade de vida materializa-se em projetos que visam a verbas públicas na dependência do Estado, burocratizadas e hierarquizadas para dificultar o acesso a elas.

Nessa conjuntura percebe-se a relação de troca, um "toma lá dá cá", e a luta de poder encerra um jogo de forças, onde prevalece o poder político e o poder econômico, camuflado o último na essência do direito comercializado, o voto.

O exercício desse poder, perceptível a algumas lideranças e moradores mais conscientes, coloca a situação e suas mazelas às claras, ou seja, fica evidenciado que o poder está na mão do grupo dominante, prevalecendo sua hegemonia enquanto domínio do grupo submisso. E como observa ELS-TER:

No capitalismo, segundo Marx, o Estado é o fiador da exploração, pela proteção que dá à classe dos exploradores contra os explorados e contra seus próprios membros individuais. A proteção contra os explorados pode tomar a forma da opressão direta, a forma indireta de atuar como pára-raios para a oposição ou ainda mais indireta de por em ação medidas a favor dos explorados para criar uma aparência de legitimidade. O Estado pode também aperfeiçoar a eficiência da exploração, produzindo os bens

públicos que os exploradores privados não acham lucrativos criar. Finalmente, em todas as formas de exploração de mercado, o Estado está presente no fundo, assegurando a liberdade de contrato e garantindo a propriedade privada. (1989:105)

Nessa configuração parece-nos que o Estado brasileiro está em crise. A recessão assola o país, e a saída com promessas de retomada passa pela abertura e expansão do mercado econômico e aí se estende a rede na área social da privatização, municipalização, reforma fiscal, etc.

Lembramos também do discurso recente do Presidente afastado, Fernando Collor de Melo, sobre o neoliberalismo, que aparenta retirar sua responsabilidade frente às questões sociais, favorecendo a desigualdade entre as classes sociais.

Para a prática do Serviço Social, a ingerência do neoliberalismo chamou a atenção dos profissionais. Se vigerasse, dever-se-ia pensar em novos paradigmas de atuação, estratégias de atendimento e alargamento dos serviços sociais, uma vez que a concessão de um Estado mínimo seleciona ainda mais as demandas e os recursos.

Esse modelo de Estado que atende aos pré-requisitos do capital, prega a minimização do Estado frente às suas responsabilidades sociais ou das autoridades que determinam o papel do Estado nos poderes: legislativo, judiciário e executivo.

A prática do favoritismo antes já era fértil, apesar do discurso democrático. Com a possibilidade do neoliberalismo, tudo poderia se prever, pelo menos o alto índice de pobreza e de marginalidade social.

Em atenção a esse fato, percebemos no 7º Congresso de Assistentes Sociais, ocorrido em maio de 1992 em São Paulo, que praticamente os palestrantes se detiveram no tema do neoliberalismo, com alternativas categoriais, desde que houvesse por parte dos atores profissionais formas de articulação, ou seja, referenciais que pudessem explicar o comportamento e a adoção de novas políticas sociais.

O enfrentamento da questão, segundo um palestrante, requeria

... situar o homem como produtor histórico, como fazedor dos bens econômicos e como fim da sociedade. Não basta ver o homem na superfície do sistema. Todo referencial que liga o homem à vida deve ser resgatado socialmente: o econômico, o afetivo, o cultural, o histórico, o simbólico.

Outro participante do Congresso frisou:

Em tese, há uma mudança social que provoca a perda do poder, mas no movimento dialético há sempre uma constante aquisição de poder que não pode ser negada em função do novo Estado, isto

é, da construção cotidiana por novas formas de vida.

Para finalizar, a aposta pela sobrevivência do organismo de luta popular incide nas formas de articulação, no processo educativo através da participação democrática e da consciência social.

E aí situa-se, quem sabe, a Associação de Moradores. Pelo menos há historicamente fôlego das lideranças populares para superarem as contradições da sociedade capitalista.

São, o que nos parece, as vicissitudes atribuídas aos interesses que levam os homens a forjar alternativas sociais, possibilitando criar novas situações, novo impulso à organização e ao trabalho social dos movimentos populares.

1.2.5. O TRABALHO INFLUENCIANDO A VIDA DAS PESSOAS

Mesmo que se sinta oprimido pelas normas explícitas e implícitas do capitalismo, o homem, especialmente o brasileiro, tenta a duras penas superar as dificuldades impostas pelo sistema econômico moderno.

Viver decentemente, ou seja, trabalhar e manter uma família está sendo hoje difícil; não é a toa que a previsão de vida do trabalhador brasileiro está na média de sessenta anos.

As aspirações da classe média para baixo não são utópicas, mas o trabalhador percebe que não pode adquirir

muito e se contenta com pouco e, quando falta esse pouco, parte para a violência ou abandona a família.

Essas aspirações materiais que se caracterizam mais como carecimentos, são contidas pelo sistema capitalista, onde não existe, pelo que parece, controle adequado das forças produtivas, do consumo e do alto preço das mercadorias. O livre desenvolvimento do capitalista é praticamente assegurado às custas do empobrecimento do trabalhador.

Parece irrelevante para o governo a distribuição eqüitativa dos bens sociais, perecendo então, na marginalidade produtiva, aquele trabalhador que não possui os meios de produção, só a força de trabalho para ser explorada na relação do trabalho e capital.

O trabalho, ou melhor, o exercício de um serviço, adquire uma importância fundamental na vida das pessoas, especialmente na realidade brasileira. É uma questão de sobrevivência e se torna uma rotina, uma prática embrutecida, à medida que retira do trabalhador o interesse de pensar em outras possibilidades que não seja vender sua força de trabalho para, em troca, obter os valores de uso.

A garantia desse "contrato social", venda da força de trabalho em troca do salário, permite ilusoriamente cumprir precariamente uma etapa básica da vida humana, todavia alheia ao homem quanto às suas reais capacidades e necessidades - de projetar dias melhores para si e para as gerações futuras.

Neste contexto, deveríamos refletir sobre o significado desse "trabalho" que desgasta tanto o ser humano, que

exige tanta dedicação, como se fosse a única importância na vida.

Não bastasse esse valor subjetivo à vida humana, ocupa o trabalho o valor objetivado em carecimentos vitais à sobrevivência, de tal forma que é uma categoria com tendências evolutivas, segundo a própria criatividade do homem e as condições tecnológicas de que historicamente a sociedade disponha.

Na concepção marxista,

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes força útil à vida humana. (MARX, 1988:202)

E assim, os elementos disponíveis na natureza são úteis à sobrevivência do homem, contudo, os determinantes estão ligados à necessidade de comer, beber, vestir, habitar, etc.

No decorrer da vida produtiva, o homem cria e transforma hábitos de trabalho, formando a força produtiva social. O processo se desencadeia do individual para o cole-

tivo, do artesanal para o industrial, do simples para o complexo, do valor de uso para o valor de troca.

A sociedade capitalista derivada de um modo de produção que cria desigualdades sociais, provoca uma corrida na aquisição de bens materiais e simultaneamente distancia os homens.

Os modos de produção que precedem o capitalista, apesar de outras especificidades, não afetaram tanto o coletivo social. As relações sociais entre os homens eram mais solidárias, mais próximas, menos individualistas. Mas há que se considerar que, em cada período histórico, o homem se transforma e transforma o seu meio ambiente segundo as condições objetivas que se apresentam.

O modo de produção é dado de acordo com as características do desenvolvimento do processo social. As forças produtivas e as relações de produção variam conforme a época histórica da humanidade.

E o modo de produção capitalista está presente na realidade brasileira de forma desorganizada; chega a ser cruel a sua presença constante pelo lucro e pela concorrência na exploração dos bens necessários à vida.

Vê-se que na corrida pelo lucro o homem atropela conceitos morais, éticos, além de outros valores pertinentes à participação social. A relação entre os homens passa a ser mercantilizada, expressando dependência de um homem sobre o outro pela troca de produtos entre si. O valor da relação social está voltado ao mundo da mercadoria. O produto cria vida e o homem se relaciona através das coisas que produz e

troca, conseqüentemente, as relações entre as coisas encobre as relações entre os homens, ocorrendo nesse sentido, a humanização das coisas e a coisificação dos homens.

Essa forma dura de encarar o processo econômico e sua influência no cotidiano das relações sociais é um reflexo nítido da realidade em que vivemos, parece que está impregnada na sociedade e, por conseguinte, no bairro em estudo.

Em virtude do determinismo econômico, um interesse coletivo, ou parte dele, fica nas mãos de poucas pessoas, enquanto a maioria se preocupa com a satisfação do "seu" carrecimento.

Delegar a outros a resolução de situações comuns a uma parcela de moradores dá margem para lideranças políticas e institucionais ocuparem o espaço em aberto.

Discutir e tratar das coisas em comum em termos de cidadania, pode significar, numa dimensão política, negociar a distribuição de bens e riquezas sociais, a fim de satisfazer os carecimentos do trabalhador individual e desses trabalhadores organizados.

Levando em conta essa dimensão, vejamos o pensamento de HABERMAS:

As relações de produção expressam a distribuição do poder social; elas predeterminam - através do modelo de distribuição das possibilidades socialmente reconhecidas de satisfação dos carecimentos - a estrutura dos interesses

subsistentes numa sociedade.(1991:119-120)

Esses carecimentos são diversificados e, na sociedade, segundo a classe social na qual está inserido. Referimo-nos todavia, àqueles carecimentos extremamente simples e de realização possível. Contudo, numa esfera mais genérica, deve-se supor outros carecimentos que às vezes estão longe do alcance da maioria ou, por circunstâncias inadequadas, não podem ser realizados.

Para esse último tipo de carecimento, que HELLER trata como radical, observemos sua explicação:

Os carecimentos puramente quantitativos são aqueles que implicam, para sua satisfação, que um homem se torne puro instrumento para outro homem. Esses carecimentos são alienados: ou melhor, são os carecimentos alienados por excelência. Os carecimentos de posse, de poder e de ambição: esses três carecimentos não podem e não devem jamais ser completamente satisfeitos. Com efeito, se forem satisfeitos, a grande maioria dos homens não poderá mais satisfazer outros carecimentos. (1982:135)

Originados, segundo a autora, no sistema capitalista, os carecimentos são em parte realizáveis, mas, por outro lado, fogem ao alcance total de sua realização.

A implicação do trabalho na vida do homem, da pro-

cura de sanar carecimentos nessa atividade e da impossibilidade de satisfazer todos os carecimentos nos levam a pensar na dificuldade de equilibrar esses elementos.

Pelas condições postas, o individual e o coletivo estão interligados no processo em termos de carecimentos coletivos, ou se diluem no processo social moderno, prevalecendo, no caso, o individual como sustentador de carecimentos particulares, engendrados no modo de produção capitalista - pela necessidade de defesa de cada ser humano.

1.2.6. MOMENTOS SOCIAIS: CRIATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO

Os momentos sociais que visualizamos como "saliências" de um sistema social e que tendem a oferecer oportunidades para uma saída da crise, seja ela no interior do grupo ou de um movimento social mais amplo, surgem em situações em que a sociedade também passa por reformas ou conflitos políticos.

A ocorrência desse fenômeno rompe de certa forma com uma situação de letargia, em que um conjunto de medidas sociais gravitam em torno do governo, ficando a satisfação dos carecimentos coletivos à mercê de decisões superiores.

Observa-se que a prática popular permanece na dependência de fatores externos, sobretudo aqueles que favorecem a liberação de recursos que possam atender aos projetos pendentes.

Essa influência conjuntural refletida na dinâmica grupal que incide posteriormente no grau de participação e

no nível de consciência das pessoas, põe à prova a maturidade do grupo.

Essa maturidade, pelo que percebemos, se processa nos anos de experiência, bem como na motivação para o enfrentamento de negociações radicais, a qual gera um sentimento de intervenção que indica ser favorável ao grupo e à população.

Podemos citar dois exemplos práticos, um na linha reivindicatória e outro no aspecto cultural do grupo. No primeiro exemplo, vejamos o projeto para corrigir o nível do asfalto. Este problema, há aproximadamente três anos, perturba os moradores em função do trânsito impedido pela maré alta. Com o volume de água salgada no asfalto, os veículos não conseguiam transitar, havendo paralização das atividades rotineiras e obrigando os moradores a circular pelo bairro da Tapera (17 km a mais). Após longo debate com autoridades, a Associação provocou uma manifestação popular que bloqueou o asfalto por algumas horas. Essa medida mais radical, além de notas nos jornais, culminou definitivamente na execução da obra pelo Estado no segundo semestre de 1992.

Como segundo exemplo: a diretoria eleita em março de 1992 para um mandato de dois anos, foi surpreendida por um grupo de moradores que, descontentes com a sua prática, provocou uma assembléia no dia 26-11-92 para discutir irregularidades, a começar pelo número insuficiente de diretores na comissão diretora. Coordenada pelo grupo convocatório, ao longo do debate que procurava unir forças para um trabalho mais democrático e participativo, traçou perspectivas para o

1º semestre de 1993. Ficou aprovado o não preenchimento dos cargos vagos da diretoria atual, retornando o grupo mais ampliado no período marcado (1993) a fim de estudarem a reforma estatutária e, a partir daí, a possibilidade de um processo com maior participação dos moradores.

Essa decisão incontestável, haja vista a aprovação pela maioria, não foi aceita de imediato pela diretoria atual. Deve-se salientar que esse conflito foi provocado por pessoas recém vindas para o bairro, com experiência de outros estados, além do que, militantes da recente campanha (eleitoral) municipal e envolvidas na candidatura do representante do bairro, indicado no plebiscito realizado pela Associação no final de 1991 (assunto que mencionamos mais adiante).

Numa análise do processo, percebe-se que os acontecimentos políticos ocorridos no país, naquele mesmo período - segundo semestre de 1992 - influenciaram sobremaneira o comportamento de algumas lideranças populares, inclusive serviu de exemplo na atitude do grupo de moradores que se mobilizou para a assembléia citada acima. Este, fazendo referência ao processo que conduziu o impedimento do Presidente da República, propôs um trabalho em que a participação seja irrestrita e responsável, reflexo do momento social que ora era vivenciado no Brasil.

Em termos teóricos costuma-se julgar que a criatividade, o que nós caracterizamos como medida para a saída da crise, pelo menos em nível popular, passa por uma dose de espontaneísmo, conferindo menos valor de abordagem educati-

va. Todavia, é uma estratégia que busca mudança e produz experiência, na medida em que questiona uma prática obsoleta, projetando outras possibilidades a serem testadas, na medida em que possa corrigir atitudes individuais e comportamentos alienados.

Nesse sentido, participação não significa "legitimar", pelo contrário, significa desmistificar as situações que conduzem à alienação perante os problemas cotidianos.

Tomamos nota de um depoimento de um morador antigo do bairro que comenta o seguinte: "Participação é uma opção de organização, e é através dela que a democracia se consolida".

GADOTTI põe em relevo a questão educativa do poder popular, que necessariamente passa pelo nível e grau de participação social:

Ao capitalismo interessa reduzir a consciência da classe trabalhadora a um amontoado de contradições, reduzir a classe trabalhadora à infantilidade. Ao contrário, para assumir a direção e a hegemonia da sociedade, a classe trabalhadora precisa munir-se de maturidade, de competência e de consciência de classe, capaz de suprimir qualquer dominação de classe. Isso não se dará sem uma profunda formação cultural, política, social e econômica da classe trabalhadora, sem a apropriação de métodos, técnicas e conhecimentos, hoje restri-

tos à classe economicamente dominante.

(1988:30)

A dependência desses fatores encerra relações de poder contidas nas classes sociais. A luta de classes é contínua e requer, no seu contexto, a inclusão da participação social como um instrumento de poder democrático, sendo a Associação parte desse instrumento em nível popular.

Capítulo 2 - Apresentação do bairro Carianos e da pesquisa em seu interior

2.1. CARIANOS E PARTE DE SUA HISTORIA

O sul da Ilha Catarinense foi povoado por volta de 1748 por açorianos, habitantes de Açores - arquipélago pertencente a Portugal⁶. Na ocasião, grande número de casais imigrantes se estabeleceram em algumas localidades da ilha, fomentando uma cultura típica da região de origem. Outros casais seguiram para outras áreas litorâneas mais afastadas do Distrito de Florianópolis.

A região densamente povoada pelos açorianos e que ainda conserva traços culturais do povoamento é o Ribeirão

⁶ Segundo a pesquisa bibliográfica, este período histórico do povoamento açoriano influenciou sobremaneira o desenvolvimento cultural, econômico e social do litoral catarinense, especialmente a ilha. Dentre os autores catarinenses recomendamos para leitura: Oswaldo Rodrigues Cabral e outros, Povo e Tradição em S.C.; Nereu do Vale Pereira e outros. Ensaio sobre Sociologia e Desenvolvimento em S.C.; Ribeirão da Ilha Vida e Retratos.

da Ilha - situado no sul do município e que, no passado, era tido como um centro de atividades sociais e comerciais desta cultura.

Há praticamente 40 anos, os símbolos culturais desse povoamento eram fortemente expressados nos costumes dos ilhéus ali nascidos e criados.

→ Em toda forma de construir o cotidiano para si e para os descendentes, o indivíduo reproduzia seus afazeres domésticos basicamente artesanais, conhecimento que lhe foi repassado pelo açoriano e que de grande valia na ocasião, se processara "nos hábitos, na alimentação, nas crenças, nas maneiras de falar, nos arranjos domésticos, no trato comercial, no vestuário, na prática das artes, nas diversões..."(Cabral e outros; 1971:34)

O feitiço, o místico, já se refletia no modo de confeccionar a moradia, lugar que marca o indivíduo e o seu jeito de ser. As casas amplas e altas com janelas e portas de tranca, rústicas com características coloniais, apresentavam algo de acolhedor, fosse pela madeira bruta, pelo uso de utensílios de argila, ou pela maneira de armazenar a alimentação extraída da terra e do mar.

A cozinha dessas moradias típicas tinha algo em comum e o engenho, peça fundamental na organização de atividades diárias, se estendia para os fundos ou laterais da casa. Encerrava um amontoado de peças e equipamentos feitos à mão e que refletiam, a olhos nus, toda a beleza e potencialidade criativa do homem da região.

Fosse para a feitura da mandioca, para a torragem

do café, para o armazenamento de grãos e farinha, para o tratamento da cana de açúcar e derivados, para a confecção de doces e pães caseiros, o engenho e os fornos eram um ponto crucial entre os parentes e vizinhos para as conversas e trocas de conhecimento sobre a produção que ali se ostentava, bem como para saborear os alimentos quentes que se fazia.

→ Praticamente a produção não se excedia ao consumo familiar, mesmo computando-se aí períodos de meses. As sobras eram trocadas entre parentes e amigos. Não havia, como há hoje, a preocupação de vender o excedente para comprar outras mercadorias. Todos produziam para o consumo próprio e todos tinham como sobreviver sem escassez.

Com relação ao alimento retirado do mar, também o processo era quase o mesmo. A pesca era uma atividade diária ou em ocasiões específicas, conforme o tipo de peixe, porém oferecia condições de continuidade sem riscos provocados pelo homem ou pelas agressões ao meio ambiente.

→ A vida, nesse período histórico, oferecia outro tipo de relação e de sentimentos entre as gerações provenientes desse jeito de fazer as coisas no lar, de criar os filhos de forma sadia e de reunir as pessoas em situações prosaicas, como por exemplo: as festas religiosas, a hospedagem do santo no oratório⁷, batizados e casamentos ao ar livre,

⁷ O oratório significava a guarda e proteção dos santos, ou seja, imagens em miniatura daqueles santos mais adorados pela população da região. Era como se em cada casa a igreja católica estivesse presente. As orações, promessas ou pedidos faziam parte da ladainha cotidiana do ilhéu.

viagens de barco ou lanchas à cidade e visitas nos finais de semana a parentes e amigos.

Quando criança, aprendemos a conviver com tudo isso sem saber o valor desses costumes, mas atualmente não vemos muitas das coisas que relatamos. Encontramos, para nossa contemplação, apenas uma amostra daquela realidade no Museu do Ribeirão da Ilha.

→ Carianos, pela proximidade geográfica com o Ribeirão da Ilha, incorporou semelhantes costumes, desenvolvendo por longas décadas um processo lento de ocupação, advindo talvez pela distância do centro do município. Para Palmira M. Leal, moradora há 55 anos no bairro:

Carianos era, na ocasião (1935), uma área de mato fechado, cortado por atalhos com alguma formação de campos. Um desses atalhos levava à Freguesia do Ribeirão da Ilha, outro ao campo de aviação da Marinha Naval que em 1941 passou a ser Unidade Militar da Base Aérea de Florianópolis. (entrevista em 1991)

O "Caminho da Cruz" também era muito usado pelos antigos moradores para chegar ao lugarejo da Caiaganga Mirim, hoje conhecido como o bairro da Tapera. Esse mesmo trajeto conduzia os poucos moradores à saída para o mar. A lancha ou a canoa era o transporte usual para a locomoção de pessoas ou para o carregamento de mercadorias.

Jordelina Caetana de Souza narra que a Santa Cruz

→ era o único significado religioso da época. Essa cruz de madeira fazia parte da vida das pessoas, fosse para rezar pelos mortos ou para a missa campal. Sustentada por uma sapata com base de concreto de forma arredondada, a Cruz era um local de passagem e de oração.

→ O historiador catarinense Franklin Cascaes comenta, em seus estudos, "a origem da Cruz como símbolo religioso - herança portuguesa que nos remete a Frei Henrique de Coimbra, celebrante da primeira missa no Brasil aos pés de uma Santa Cruz. CASCAES documentou 36 cruzes, a maioria confeccionada em madeira, cujos símbolos decorativos variam entre si". (folheto explicativo - Museu do Ribeirão da Ilha)

→ Verificamos, com os moradores, que a Cruz do Carianos era uma homenagem à constelação do Cruzeiro do Sul.

Ainda na interpretação de CASCAES,

O objetivo da construção e marcação da Cruz era a forma de assegurar a proteção divina, consolidar a fundação de um novo povoado, usá-la como altar para celebrações religiosas. Além disso, comemora-se do dia 2 para o dia 3 de maio, a festa de Santa Cruz e no decorrer do ano celebram-se festejos que duravam de 3 a 4 noites, quando então as cruzes eram enfeitadas com bandeiras. Todas as comunidades antigas da ilha possuíam pelo menos uma Santa Cruz, em cuja simbologia estavam todos os elementos da Paixão e Morte de Cristo. (ibid)

Atualmente tem-se conhecimento de que algumas comunidades da ilha perderam esse símbolo cultural, Carianos é uma delas. No bairro visitamos o local onde a cruz havia sido implantada, nos fundos da propriedade de Valdemar dos Passos Bittencourt. Identificamos o marco histórico apenas pela existência, em ruínas, da sapata que sustentava a cruz. O dono do terreno nos disse numa visita em 1991, que:

A destruição da Cruz se deve à maldade de pessoas estranhas ao lugar e que buscavam tesouros supostamente escondidos... velha lenda que cercava esse tipo de simbologia cultural, há décadas atrás. (entrevista em 1991)

JORDELINA anuncia em sua memória histórica que

... As casas da época eram construídas de estuque ou madeira, semelhantes às da vizinhança. Com ar de mistério e de saudade, conta que a estrada da Ressacada, que dava acesso ao Campo de Aviação e ao Ribeirão da Ilham continha tesouros enterrados. Essa crença em tesouros atraía curiosos que passavam a cavar os cascalhos em busca de riquezas, e apenas mais cascalhos encontravam. (entrevista em 1991)

Essa informação nos levou a outra, desta feita com

base científica, baseada nos escritos de Clauco Carneiro, que documenta o seguinte:

A antiga estrada da Base Aérea, construída com conchas de sambaquis (...) tesouro de material arqueológico. Na ilha de Santa Catarina o Padre João Alfredo Rohn escavou três jazidas paleo-etnográficas, correspondendo as duas primeiras a Tapera (1500 anos) e Base Aérea (950 anos) conferindo essas datas com a derradeira ocupação dos sambaquis: Tapera era um campinho de futebol e a Base Aérea uma mina de areia. (1987:35-36)

Em termos de complementação, observamos em exposição no Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, um acervo histórico identificado por "zoólitos" e que, de acordo com Clauco Carneiro na citada obra, indica ser "uma vasilha de peixe ou mamífero, talhada em pedra duríssima. Verdadeira escultura pré-histórica". (ibid:35) Esse artefato, certamente de cozinha, foi doado à Universidade por um soldado da Base Aérea. (visita ao museu em 1991)

Voltando aos depoimentos dos moradores antigos, PALMIRA conta que:

→ Ao vir para o Carianos existiam praticamente 10 casas. A vida na ocasião era de fartura, todos plantavam para sustento próprio e para comercia-

lizar. O cultivo do café, feijão, mandioca, milho, hortaliças e frutas, supriam a contento a alimentação, acompanhada basicamente do pirão branco e do peixe - herança açoriana. A criação de animais domésticos era uma prática para manutenção da família, como também utilizada (boi, cavalo) como instrumento de trabalho na atividade produtiva do engenho. (entrevista em 1991)

José da Silva, residindo há 39 anos no lugar, vê criticamente a evolução do lugar:

O progresso causa devastação do que antes era preservado, desordem esta trazida por novos habitantes. Os antigos moradores cedem espaços aos novos, hoje os primeiros passam a ficar marginalizados no local de origem, ou melhor, mais humildes em sua condição sócio-econômica. (entrevista em 1991)

Valdemar do Passos, que veio menino para o Carianos e hoje, com 68 anos, apresenta-se otimista:

Percebe o desenvolvimento do Carianos, sua heterogeneidade, mas sente que os novos moradores contribuíram para o crescimento do lugar. Tem percepção das diferenças sociais entre os antigos e os novos, tanto que comenta: "a pobreza

das pessoas é desprezada por quem possui mais",
fato aparente no convívio atual. (entrevista em
1991)

Esse morador nos forneceu uma relação das pessoas
mais antigas do bairro, dentre elas: José Carianos, Francis-
co Gonçalves, Severiano Martins, Hercílio Dutra, José Ca-
rias, Durval Bittencourt, Manoel Vieira, Cirino Tavares.

Relatam as pessoas mais velhas que as relações so-
ciais entre as pessoas nas redondezas eram primárias, todos
se conheciam e sabiam diferenciar os bens que possuíam. Os
donos de terra eram respeitados pela condição de posse, como
também de patrão, pois empregavam no trabalho da lavoura a
grande parcela da mão de obra disponível.

Os trabalhadores que viviam dessas condições, pra-
ticamente inseridos no mesmo espaço físico, eram identifica-
dos pela relação de trabalho e não pela identidade pessoal.
Quando distante da propriedade, se indagada a sua referên-
cia, o trabalhador respondia: Sou do fulano, ou mais preci-
samente, sou do Carianos.

As informações levantadas nos levam a ensaiar, com
certa precisão, a colonização do bairro, sobretudo a origem
do termo "Carianos" que para a grande maioria é desconhecida
e pelos mais jovens moradores é rejeitada.

Claudir Silveira⁹ aponta nos seus estudos que a maior probabilidade da origem do nome do bairro é justamente a influência açoriana, pois o termo pode ter se originado de uma região de Portugal que se chama "Cária".

Pelos indícios constatados pelo Pe. Rohn, divulgados na obra de Clauco Carneiro, anterior à colonização açoriana, é lícito supor a presença de indígenas.

O termo é usado no plural, Carianos, porém no dicionário encontramos a palavra - cariana - que significa: indivíduo dos Carianas, tribo indígena do rio Cotonuru, ao norte do Pará. (FERREIRA, 1982:353)

Com base nas informações empíricas e na pesquisa bibliográfica, percebe-se a dificuldade de definir historicamente a origem de um nome, mas o importante é resgatar o valor do presente e do passado.

Nessa direção, foi feito um trabalho de conscientização pela Associação em momentos de reuniões ou de conversação. Em termos institucionais foi discutido com o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, a quem cabe a responsabilidade de mapeamento, estudos de ocupação de área, etc. Com relação ao transporte coletivo, adotou-se

⁹ Claudir Silveira é um educador preocupado com a preservação cultural, especialmente do município de Palhoça. Residente no Carianos, observa sua evolução, possuindo em registro o estudo gradativo de sua ocupação. Com vários trabalhos publicados criou a Editora Artesanal com tiragens pequenas para atender às bibliotecas e escolas como opção para aumentar a produção literária. Dentre suas publicações: Baia de Caranquejos; Floripa: contos, casos e ocassos raros; O Palhoça.

o nome Carianos em lugar de Aeroporto, uma vez que o último é apenas um serviço dentro de um bairro.

Considerando-se um outro aspecto, a mudança de comportamento dos antigos e novos moradores, ou seja, a adaptação dos novos e as perdas simbólicas dos antigos, percebe-se que a construção histórica é processada com a modernidade: novos costumes ocupam o espaço de fatos, objetos, fenômenos, dando outra configuração à vida das pessoas.

Com relação a esse processo de ocupação, registramos um parecer de um morador que parece ter consciência da mudança, uma vez que vivenciou os dois períodos analisados.

O progresso afasta as pessoas.

A religião não consegue mais unir como antes

Os ricos desprezam os pobres.

Novos moradores oferecem condições para mudanças, mas não há integração para buscar melhorias.

Os costumes mudaram.

As pessoas não conversam mais, não querem mais receber os santos em casa.

Acabou-se os engenhos de farinha, os cantos, as rezas, as festas tradicionais.

Carianos não é um bairro unido.

O que ficou? Uma nova forma de vida... (entrevista em 1991)

2.2. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, FORMAÇÃO E FATORES

Quando da intervenção do Projeto Comandos Sociais no Carianos em 1981/2, teve início a formação de um grupo de lideranças que se transformou em conselho comunitário,¹⁰ aproximadamente um ano depois.

Uma equipe formada por um assistente social e estudantes universitários representavam o Governo e seus objetivos em termos de ação popular.

A primeira etapa do projeto institucional consistia em conhecer o bairro, sua cultura, lideranças, instituições e carecimentos. Uma pesquisa sócio-econômica ampliada a todos os moradores permitiu traçar um perfil dos carecimentos genéricos e do nível de organização existente.

O material coletado pela equipe foi apresentado a um grupo de moradores do bairro, onde alguns líderes já se destacavam pelo trabalho isolado ou em grupos com outros objetivos.

A orientação técnica do assistente social e as etapas: pesquisa, formação de grupos, treinamento, estatuto, cadastramento de entidades e de sócios e conselho comunitário empossado pela instituição eram vistos com desconfiança pelos moradores.

¹⁰ O Programa Estadual que estimulou a formação de conselhos comunitários foi criado pelo decreto 2840 de 16/6/1977. Continha nas disposições preliminares: "O poder executivo estimulará a criação e o funcionamento em todos os municípios catarinenses de conselhos comunitários que se proponham a coadjuvar com o Estado na execução de tarefas de natureza sócio-cultural, destinadas a promover a integração e o desenvolvimento das comunidades". Esse decreto sofreu reformulações segundo o avanço da prática, pelo decreto 8558 de 20/8/1979 e 28.864 de 28/4/1986.

As pessoas envolvidas no processo não dispunham de informações que esclarecessem suficientemente. Instalado na dúvida de idéias e intenções, passou o processo a etapas posteriores, e a percepção de um certo atrelamento inquietava os mais esclarecidos.

O treinamento específico para lideranças culminou na formação do conselho comunitário, discussão e alinhamento das prioridades, apresentação dos projetos à gerência do Governo, contatos e reuniões com órgãos públicos.

Concluída essa etapa, a suposição da equipe institucional era de que o bairro, com o seu grupo representativo, apresentasse condições de caminhar sozinho.

Independente dessa estratégia institucional, esse foi um dos poucos bairros a prescindir da equipe do Governo, rejeitando, na ausência do seu engajamento, a coligação do interesse "povo e Governo".

Uma liderança que entrevistamos no final de 1991, que não mais trabalhava na Associação mas que vivera toda essa intervenção, opinou o seguinte:

A falta de adesão não era por ausência de carecimentos, pelo contrário, nessa fase de organização "institucional" os moradores já percebiam que não havia retorno dos serviços pleiteados.

Não houve nesse período, por parte do Governo, compromisso com os resultados da pesquisa e nem da mobilização dos moradores, pelo menos foi o que captamos. O ato do Go-

verno refletiu-se como algo impositivo, uma vez que não houve consulta da proposta organizativa - a equipe foi penetrando e se instalando no bairro sem que tivessem, os moradores, formas de se expressarem.

Um morador que reside desde 1975, e por circunstâncias óbvias ao período vivenciou a questão, nos fez a seguinte observação no primeiro semestre de 1992:

A ingerência do Projeto Comandos Sociais, bem como de outras ações subseqüentes, trouxe algo de negativo à dinâmica local. Antes de iniciar um processo educativo para fins políticos, deve-se considerar a história e a adequação dos indivíduos frente à violação de seus costumes. Impor um outro paradigma e oferecer vantagens fere um processo lento de conquistas autênticas, invalidando, portanto, uma proposta que existia no bairro.

Voltando ainda ao Projeto C. S., aos poucos ele se desfaz da equipe de atendimento preliminar e setoriza outras atividades de acordo com as especificidades e recursos dos bairros, no caso: projetos de saúde, engenharia, saneamento, educação, economia doméstica, hortas domiciliares e escolares, etc. Paralela a isso, a orientação ao grupo recém formado, segundo suas necessidades.

Em termos de estrutura do conselho, o bairro e suas lideranças optaram por uma orientação isolada, distante, on-

de o técnico retorna com um pouco mais de sistematicidade quatro anos após, no caso, o assistente social da instituição. Nesse retorno, em 1984, fomos designados para esta área, em virtude de uma nova divisão do trabalho da FUCADESC e da própria realidade dos grupos formados até o período, ou seja, tratamento individual e/ou com vários grupos.

Essa nova fase do trabalho consistia em orientar quando solicitados, ou assessorar um conjunto de grupos populares em torno de situações comuns. É oportuno frisar que, com exceção do Carianos, os demais bairros possuíam ou estavam construindo centros sociais, que posteriormente demandavam outras responsabilidades, incluindo, na grande maioria, a manutenção de funcionários pagos com recursos do Governo em convênio com a FUCADESC.

Com a situação diferenciada, tentamos, nessa fase do processo, repassar orientações quanto à nova realidade dos grupos populares que já se articulavam e processavam mudanças até institucionais, como por exemplo, a reforma estatutária.

Mas o problema do Carianos não residia apenas no estatuto. O ponto crucial estava no desentendimento entre as próprias lideranças e na relação de poder que extrapolava o consenso, o que não mudou muito após 7 anos.

Na ocasião, nos restringimos ao nosso papel profissional, ou seja, a repassar novas informações e orientar quanto à reforma estatutária com vistas à eleição de uma nova diretoria.

O fato de não trabalhar o grupo e as relações deste

com as demais lideranças em torno da nova diretoria, culminou em outras dificuldades que foram percebidas, algumas de imediato e outras no decorrer da pesquisa participante, quando ampliamos os contatos.

A disputa para a nova diretoria foi concorrida. Dois grupos inscritos desenvolveram fortemente a campanha (um grupo de homens e outro de mulheres, pelo menos eram divididos dessa forma), vencendo o primeiro, aquele ao qual nós tínhamos repassado algumas informações.

Registramos alguns comentários a nosso respeito, sobre o apoio ao grupo eleito, expressando a seguinte direção:

Para a liderança do grupo de mães que não participou dos encaminhamentos, nós estávamos apoiando um candidato, prejudicando, segundo ela, o processo democrático.

Para o candidato apontado por ela, nós sempre agimos como representantes do Governo, partido político em oposição ao seu particularmente.

Moradores não envolvidos diretamente no processo opinaram que a disputa entre lideranças enfraquecia a objetividade da ação e dava margem à desmobilização.

"Particularidades de interesse" também foram apontadas como uma falha organizativa, uma vez que a administração do interesse individual e coletivo por parte dos dirigentes populares in-

terferia nas decisões. A ausência do equilíbrio entre os dois extremos, atingia a luta pela satisfação dos carecimentos comuns à maioria.

"Manter à distância" pessoas que incomodam, com críticas ou idéias inadequadas ao funcionamento da diretoria, também foi captado como uma estratégia manipuladora, ou, mais expressivamente, como um domínio de poder que podia visar, no caso, *status* pessoal, trunfos para o partido político, ganhos indiretos.

A ação do grupo eleito não foi a contento no período de dois anos, causando desagrado a uma grande parcela de moradores e ocasionando um grande vazio para a retomada do processo em 1989, quando um grupo de moradores resolveu dar um encaminhamento à paralização provocada.

Uma comissão provisória motivada para a reestruturação do conselho comunitário então resolve: reformular o estatuto, integrar os grupos existentes e eleger uma nova diretoria. Baseada nos antecedentes históricos, a comissão centraliza seu trabalho na proposta, contudo a estratégia de participação não foi a contento. O estatuto e a eleição da diretoria acabaram sendo aprovados por aclamação em 1990, por insuficiência de participantes; mais uma vez os moradores se fizeram ausentes.

As mudanças significativas do estatuto contemplavam os seguintes aspectos:

- conselho comunitário criado em 24/2/81 é con-

siderado extinto, substituído a partir de 10/3/90 por Associação de Moradores e Amigos do Carianos - AMOCAR;

- área de abrangência física é ampliada, incluindo espaço militar e manguezais;
- abertura à participação de todos os moradores, sendo desnecessário o cadastramento de associados;
- direito a voz e voto ao jovem maior de 16 anos, podendo ser eleito a partir da maioria de.

A Associação, a partir desta reforma interna, traçou seu plano de trabalho com base na satisfação dos carecimentos pendentes: integrar moradores e grupos, tendo como eixo da ação mobilizadora a conscientização de todos pelas questões comuns.

Em termos educativos alcançou êxito o projeto "plebiscito", que teve por objetivo indicar um candidato do bairro para as eleições de outubro de 1992. Foi uma experiência inédita no bairro que exigiu muito trabalho e seriedade, desgastante, porém compensatória para a comissão agregada à Associação que cuidou do processo.

Para os olhos espantados e atentos dos participantes, especialmente durante a apuração dos votos, onde apenas se ouvia o anunciante e o som do ventilador, ficara comprovada a importância do momento. Segundo um morador presente:

O plebiscito deveria ser repetido em outras oca-

siões, até para provar às autoridades o nível da organização popular.

Essa experiência foi avaliada pela diretoria e comissão, como sendo:

Altamente positiva, considerando o número de 552 votos para 1470 eleitores. Algo bastante significativo, pois fora dada uma arrancada em termos de consciência política e, pela sua relevância, marcava o valor da práxis popular.

O vôo do Carianos rumo à autonomia política, serviu de modelo a este e a outros bairros, haja vista a procura de informações por outras lideranças, preocupadas em adotar semelhante estratégia de articulação política.

Esse, portanto, foi um evento altamente informativo, com base na vontade popular e direcionado numa ótica democrática, postulado na liberdade do voto e na ação popular.

O relevo desse projeto não exclui a importância dos outros que alimentaram a gestão de dois anos, mas que infelizmente estão na dependência do poder público.

Em suma, as adversidades que rondam o cotidiano de uma associação popular prejudicam o desenvolvimento do processo, na ausência fundamental do respaldo público. Quanto à dinâmica educativa, que atrai novos elementos e assegura a permanência dos antigos comprometidos com interesses coleti-

vos, é sem dúvida a prova de sua validade.

2.3. ORGANIZAÇÃO DE BAIRRO - PROCESSO EDUCATIVO

Ao longo de nossa vivência com conselhos ou associações de moradores e no período específico desta pesquisa, viemos a crer na produção de conhecimentos como uma possibilidade crescente na tipologia desse segmento organizado da sociedade civil.

Mesmo que a historicidade do processo tenha atravessado períodos difíceis em décadas anteriores, atualmente as circunstâncias favorecem esse saber diferenciado, adquirido no cotidiano de forma assistemática.

Na medida em que as pessoas se deparam com novas situações e a elas precisam dar uma resposta, na medida em que participam com interesse de construir uma sociedade mais democrática, conduzem o grupo à produção de idéias e ações desvinculadas de um plano previamente estabelecido.

Não existe nesse exercício pedagógico um programa didático pré-estabelecido. O plano de trabalho, linha que direciona a ação, é construído na prática cotidiana, no somatório e na resolução de prioridades.

Esses problemas se vinculam à satisfação dos carecimentos sociais que apontam para uma melhor qualidade de vida, influenciados pela demanda da sociedade moderna e pelas restrições do capital.

A relação educativa se apresenta como um complemento da aprendizagem estabelecida pela escola e pela experiên-

cia acumulada na relação do trabalho, porque é na fase adulta que as pessoas se integram a esse tipo de grupo.

Toda informação que possa ser útil ao grupo e ao coletivo do bairro vem da contribuição de cada elemento presente. O somatório dessas informações e a organização das mesmas produzem uma nova idéia, que pode ser levada à experiência através de um projeto.

Essa práxis exige paciência. Devido à complexidade dos temas e à diversidade de idéias que as pessoas têm e projetam para o tema, longo tempo se gasta com sua organização.

Tecendo essas considerações sobre as idéias, lembramos de JOUVENEL, quando expõe o papel das idéias e até justifica, na prática da associação, a complexidade de gerir uma idéia consensual, isto é, das partes formarem um todo com certa coerência. Diz o autor o seguinte:

- 1) Nós nos comunicamos por meio de palavras de conteúdo incerto;
- 2) Vemos as coisas através de idéias, e ainda lhes damos a configuração resultante das idéias que estão dentro de nós;
- 3) Influenciamos os outros (e somos influenciados) por meio do discurso, que encerra várias espécies de idéias. (1987:23)

O consenso sobre determinada idéia passa abstrativamente por uma série de informações que se tem sobre o pro-

blema questionado, em termos do processo grupal. Problematicizada, dissecada, organizada a idéia central do tema em estudo, caminhos são traçados, uma vez aprovada a validade de lutar sobre a satisfação do carecimento coletivo do bairro.

Todos os possíveis encaminhamentos são vistos no grupo, e se não for obtido sucesso na sua execução ninguém é culpado particularmente. O grupo costuma avaliar o sucesso ou insucesso e o assunto tende a ser retomado ou não, segundo o momento conveniente para a adoção de novas estratégias. Exemplo disso é o Projeto "Beija-flor", que consistia no aproveitamento do lixo doméstico. Para sua implantação, a discussão em torno dos efeitos positivos e negativos gerou controvérsias. Alguns achavam que valia a pena, devido principalmente: à resolução do problema do lixo no próprio bairro, ao aproveitamento de material composto e sólido, matéria para educação ambiental, possibilidades de arrecadar fundos para o bairro, entre outros motivos. Com relação à execução, os empecilhos partiram de instituições: falta de compromisso municipal; ausência de equipamentos antes financiados; a Base Aérea não cedeu terreno; e os moradores ficaram divididos quanto à sua real utilidade.

As vezes os projetos correm o risco de darem certo, porém, quando os mesmos dependem do setor público, acabam caindo no esquecimento ou ficam relegados a um segundo plano.

Lembramos, nesse trecho, de HELLER, que tece o seguinte comentário a respeito da instabilidade social, mesmo em situações em que se espera certezas.

Na vida cotidiana, o homem atua sobre a base da probabilidade, da possibilidade: entre suas atividades e as conseqüências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a conseqüência possível de uma ação. (1985:30)

Geralmente, o trabalho desenvolvido nesse tipo de organização é lento, isto é, ele depende do entendimento geral de todos e, a partir daí, começa a criar corpo.

Para que um projeto se concretize em ação propriamente dita, torna-se necessária a socialização em grupo, a discussão e a reflexão detalhadas. E, se for necessário, em vários encontros do grupo.

É importante que o grupo tenha uma idéia de conjunto, ou seja, um objeto de carência precisa ser acompanhado na sua seqüência, caso contrário a informação total desse tema fica concentrada em uma ou poucas pessoas.

Dessa forma ocorre desarticulação, quando o ideal que se persegue na associação de moradores é justamente a continuidade dos fatos e ações sob o campo de visão de todos.

Pensar e agir nesse coletivo demanda uma série de requisitos e circunstâncias difíceis. Supõe-se que o indivíduo conseguiu "superar ou separar" sua individualidade para inserir-se no grupo e, a partir daí, problematizar careci-

mentos e estratégias que fogem ao seu mundo exclusivo, particularizado.

Um agravante sério é o "tempo livre" para essa atividade e que atinge a todos indiscriminadamente. Todos precisam renunciar ao descanso após a jornada de trabalho e preocupações concernentes, para produzirem ações coletivas em reuniões, contatos, providências, etc, à noite ou nos finais de semana. Esse esforço requer, portanto, como justo efeito, imediatividade e eficiência, uma vez que a população está observando os passos da associação e o próprio grupo empenhado em aplicar bem seu tempo livre.

A dinâmica grupal que deslança vagarosamente, atrai os mais convictos, os menos interessados em triunfos de vantagens e outros com interesse políticos, levando em consideração que não se trata de um grupo de terapia, recreativo ou empresarial. É unicamente um complexo reivindicatório, onde o carecimento social incide prioritariamente. A qualidade de vida, de forma genérica, modela os objetivos comuns - e nisso, praticamente, todos os membros possuem conhecimento de causa.

Outro elemento estrutural à questão grupal e, pela sua natureza, o mais polêmico é o "interesse" que, na melhor das hipóteses, interna e externamente marca a trajetória da organização de bairro.

O interesse está presente de forma explícita ou não, a partir de discurso e postura pessoal, no grupo, no bairro, nas instituições, nas autoridades e no sistema social.

As relações sociais, girando em torno de interesses que contêm essencialmente relações de poder, são capazes de produzir projetos individuais e coletivos com efeitos antagônicos ou não, mas, acima de tudo, provocam e dão consistência à existência do grupo humano.

Na visão de FOUCAULT, o exercício do poder em nível micro e macro, ou seja, a relação de poder é disseminada no societário. Na verdade, a relação de poder existe e deve, portanto, ser apreendida, desmistificada a fim de não confundir a relação grupal, compreendendo-se que cada participante tem esse potencial consigo, e assim essas relações

"(...) de poder funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não(...). Rigorosamente falando, o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona". (FOUCAULT,1989:xiv)

Necessário é, pois, decifrar, no funcionamento da associação, a intencionalidade das relações de poder, uma vez que o exercício pode interferir no objetivo do grupo - a luta pelo coletivo.

Esses elementos estruturais, que dão forma à organização de bairro, estão alicerçados em outros focos não menos importantes, onde destacamos: as relações interpessoais, o fator cultural e a construção de um saber diferenciado.

Nas relações interpessoais, incidem prioritariamente as formas de comunicação travada entre as pessoas do bairro, o nível de relacionamento e a motivação para a ação conjunta que até pode ser identificada como um potencial de solidariedade ou de politização.

Esses componentes estão arraigados com menor ou maior incidência na forma de vida, nos valores adquiridos, na experiência familiar, no cotidiano profissional, enfim, na dinâmica processual do elemento humano.

O bairro Carianos, na sua ocupação geográfica, foi povoado naturalmente. As poucas moradias se assemelhavam às das áreas vizinhas, sobretudo na forma de construção, na atividade artesanal ou comercial, cujos instrumentos de trabalho eram rústicos, mas traziam a marca da cultura açoriana, como já vimos.

Parte das primeiras famílias ou descendentes diretos ainda permanecem no bairro, alterando com o passar do tempo os costumes herdados. Essa segunda ou terceira geração não se exercitou na atividade artesanal, buscou no centro da cidade outras formas de vida: através da escola, do trabalho, enfim, da interdependência entre as alternativas criadas pelo progresso. Hoje, os moradores, em sua maioria, permanecem o maior período de suas vidas fora do bairro, no exercício de atividades produtivas tais como: serviço públi-

co, estatal e autônomo.

Alguns moradores, por iniciativa particular, expandiram os recursos do bairro oferecendo serviços básicos às necessidades genéricas, como: comércio de alimentos, farmácia, escola, oficinas, bares, posto de gasolina, vestuário, recreação, eletro-domésticos, material de construção, auto-locadoras, etc.

Este processo de ocupação e crescimento parece estar alienado da Base Aérea Militar, restrita aos militares e famílias, em sua grande maioria de outros Estados, que permanecem na área por determinados períodos e se excluem do cotidiano do bairro.

Ilhados em sua realidade militar, essa população possui recursos próprios da organização, tornando-se praticamente independente.

O morador civil se mantém distanciado do morador militar, embora alguns deles residam fora dos portões da Unidade Militar. Todavia, é raríssimo o inter-relacionamento para fins associativos, pelo menos no que concerne à satisfação dos carecimentos populares.

Os loteamentos com infra-estrutura, planejados pela iniciativa particular, foram expandidos a partir de 1980, ampliando consideravelmente o número de habitantes do bairro.

A posição atual do bairro é de ocupação ordenada. Os moradores divergem em interesses, e, embora sintonizados com as carências coletivas, distanciam-se da ação comum por diversos motivos, dentre eles: falta de confiança no vizi-

nho, descredito das instituições e da ação coletiva, divergências partidárias, ausência de tempo livre para discussão e organização popular, delegando assim as responsabilidades dos serviços sociais ao setor Público.

Além desses fatores, percebe-se no morador antigo, mais receptividade para diálogo e propostas populares, enquanto que nos novos, a grande dificuldade é o acesso pessoal que, de imediato, é freado pelo modo de construir a moradia. O muro se interpõe na comunicação, e às vezes indica o interesse de não ser molestado.

Esse conjunto de fatores que conduzem a uma heterogeneidade de elementos, contribuem para a produção de um saber com um efeito cultural e político, quando associado a ideais comuns.

Parece ser possível criar mecanismos mais resistentes à sociedade moderna, na medida em que o elemento cultural das pessoas e dos grupos populares sejam fortalecidos.

A práxis autêntica, identificada com os interesses da organização popular, passa necessariamente pela apreensão do conhecimento. A elaboração de cada carecimento a ser conquistado passa por períodos discursivos, de planejamento, até a sua provável execução.

As vezes a fase do planejamento é muito mais rica que a de execução, ali se delineiam alternativas, abstrai-se o real sentido do projeto para se configurar algo de concreto, ou seja, obter uma forma do objeto problematizado.

A questão educativa assinala, em sua trajetória, a conquista de ações comuns, mas pode beneficiar algumas pes-

soas pelo uso inadequado dessas mesmas conquistas. Neste caso, o grupo e moradores devem estar sempre atentos para fazerem leituras das situações vivenciadas.

A falta de referencial teórico para o exercício da leitura da prática, é um prejuízo para o grupo. Todavia, a experiência acumula ambos os elementos, refazendo constantemente o processo, mesmo que de forma lenta.

Para sentir o nível informativo das pessoas do bairro e perceber a provável evolução da Associação nesse sentido, colhemos alguns depoimentos para análise.

Segundo uma liderança que reside há 15 anos no bairro:

O processo coletivo é prejudicado em sua essência porque há um nível primário de cultura. As pessoas recebem informações mas não processam críticas. A baixa escolaridade é uma ausência de recursos que contribui. Aqueles que sabem muito não estão dispostos a repassar conhecimentos, temos que contar com outra fração de pessoas, é a nossa realidade...

Outro morador alheio à dinâmica da diretoria, aponta como negativo a disputa insensata pelo poder mesmo que restrito a uma Associação de bairro. Para ele, há um disfarce ou desvio da formação cultural que leva o indivíduo a buscar desenfreadamente o destaque pessoal, que acaba interferindo num todo menos informado.

Com relação às boas intenções da população menos informada, ouvimos o seguinte:

Enquanto houver manipulação partidária, haverá sempre distanciamento de pessoas e de grupos, o que parece ter lógica. Deve-se lutar por um coletivo sem abraçar causas radicais.

Constata-se que a produção de conhecimento, a partir da práxis popular fragmentada por interesses diversificados, requer paciência histórica para obtenção, se possível, de uma certa homogeneidade no encaminhamento de ações.

O saber construído no dia-a-dia tende a problematizar as questões apresentadas e resultar numa prática menos alienante. Pode-se, nesse sentido, ter um senso crítico das instituições e dos detentores do poder que espraiam reflexos à população desinformada, incorrendo, como acentua um morador, na desarticulação das ações populares, como exemplifica:

Entrei para a Associação do loteamento Jardim Califórnia com vontade de lutar, construir algo para nós que vivemos no loteamento com aproximadamente 180 casas. Assusta-me o fato da desintegração social motivada sobretudo pelo governo atual que paralizou psicologicamente a ação dos indivíduos e, em consequência, a ação coletiva. Podíamos fazer tanta coisa em conjunto... mas

para isso as pessoas precisam sair do seu casulo e dar um pouco de si. Se continuar como está eu abandono o cargo de presidente, sem constrangimento, até para sentir a reação daqueles que se dizem "comunitários". (entrevista de 1992)

Esse desabafo tem a ver com a desmobilização social percebida no bairro a partir de uma desestruturação cultural provocada pelo Presidente da República no período crítico de 1991. Na consciência desse morador, "as perdas sociais são dos atores, e para reconstruir basta repensar a estratégia."

Na articulação de idéias e de consenso grupal, percebe-se que a socialização do saber é indispensável à produção de conhecimentos e que isso se dá na medida em que as pessoas estejam dispostas a participar do processo.

2.4. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CIVIL, POSSIVEL AUTONOMIA

O grau de autonomia é um tema discutido na vida da Associação, embora esta desenvolva seu trabalho segundo a realidade do bairro.

Vimos que a produção de conhecimentos leva ao desvelamento de interferências externas, contudo a autonomia possui raízes de que o processo, no nosso entender, ainda não se deu conta.

De concreto, a caracterização formativa do organismo popular foi marcada pelo atrelamento institucional, res-

tando hoje um estatuto reestruturado, com base num decreto governamental em vigor, portanto ainda há vínculos formais.

Esses elementos persistem de forma a legalizar as atividades do grupo. Por exemplo, quando outra associação surge no mesmo espaço físico, a população tem que decidir o que fazer. Nesse caso a recomendação é, sem dúvida, consultar o estatuto.

Na prática, isso aconteceu em dois momentos distintos. O primeiro ocorreu em 1984, quando o estatuto foi reformulado pela primeira vez, motivado sobretudo pela denominação ideológica do "conselho comunitário". Na época considerou-se que a população era insignificante para comportar outro grupo com o mesmo objetivo (aproximadamente 3.500 habitantes).

A questão foi retomada em 1989, quando da segunda reforma estatutária. O desejo de romper com o ranço institucional e com a falta de participação local fez o grupo extinguir o conselho e criar, em seu lugar, a Associação de Moradores.

Agora, em 1992, quando uma nova diretoria assume, um outro grupo questiona a penetração escassa da Associação em relação ao número de moradores (aproximadamente 7.500 habitantes).

Isso nos leva a crer que existe uma certa autonomia no grupo. Contudo, é bom observar que ele ainda está preso ao estatuto, uma vez que o mesmo garante a representatividade da Entidade popular; necessário, portanto, para a negociação dos carecimentos coletivos a nível institucional.

Como a autonomia da Entidade parece ser uma coisa abstrata, influenciada por fatores externos, sua interpretação também é diferenciada. Vejamos o ponto de vista de três moradores:

A Associação de Moradores sempre mantém um vínculo - ela é e não é autônoma. No bairro ela tem alguma autonomia, mas depende de outros setores externos.

A organização popular faz parte de uma totalidade de relações sociais, de um movimento dinâmico e intenso, sendo difícil manter uma autonomia de objetivos e direção.

O ideal seria uma auto-suficiência econômica, mas acontece que não existem meios de independência, começando aí a falta de autonomia.

A autonomia dentro do grupo apresenta-se de forma relativa, pois depende da maturidade dos elementos, assim como das lideranças que atuam de forma autoritária.

Esses dois enfoques foram vivenciados no término da gestão 1990/92. Em março, quando a diretoria seria substituída por um processo de eleição, um líder que acompanhara fielmente a diretoria que se findava, resolveu de última hora organizar uma chapa excluindo três membros da anterior que, na concepção desse líder, já tinham apresentado motivos

particulares para não mais participar da Associação.

Esse gesto autoritário suscitou longas reuniões de avaliação, e os membros excluídos se posicionaram firmemente contra a atitude, simultaneamente em direção ao provocador e aos demais no grupo eleito por aclamação (por ausência de votantes) que, por motivos pessoais diversos, se sentiram gratificados com o convite para participação. Ilustramos esse momento, resumindo a fala de um dos excluídos:

A exclusão provocada, alicerçada em falsos fundamentos e induzida estrategicamente por um morador ambicioso pelo poder político e *status* pessoal, demonstrou a escassa autonomia interna, o que favoreceu a manipulação. Infelizmente, este líder conseguiu o seu intento, ou seja, dominar pessoas e que mais uma vez lhe concedem, a arte do poder, isto é, presidir a associação segundo seus interesses.

Na interpretação dos fatos empíricos, percebe-se que a autonomia do grupo depende de sua maturidade, de sua leitura sobre as situações e sobre como elas se apresentam.

Esse fato no passado (março de 1992) acabou gerando no presente (26-11-93) uma assembléia extraordinária, cujo objeto de análise era a ausência de membros da diretoria, a falta de divulgação dos trabalhos, a falta de participação dos moradores.

A reflexão do tema em foco, ou mais precisamente o

novos direcionamentos que têm um significado mais democrático, nos faz lembrar de um morador que, apesar de ter conhecimento dessa dinâmica popular, não se dispõe a participar diretamente, mas sugere após o processo de exclusão dos três membros da diretoria de 1990/92:

Você e outras pessoas que possuem uma visão mais clara da ação popular, sem mistura de paixão ou interesses pessoais, devem se organizar não como Associação, mas como um grupo livre, desligado de outras concepções existentes. O confronto posterior desses grupos certamente acarretará fatos, e isso faz parte do processo. Deixar o campo livre para a dominação implica, sem maiores análises, em resultados já conhecidos no bairro.

No nosso entendimento, a autonomia passa por um processo aberto, democrático, conquistador. O micro espaço popular, libertando-se de amarras preconceituosas e/ou desinformativas, tenderá para uma autonomia mais consistente. O começo parece estar ali, na base. A partir disso, talvez se processe algo novo que possa se expandir socialmente, atingindo uma organização mais expressiva no contexto da sociedade civil.

A esse propósito, consideramos um pensamento de GRAMSCI que manifesta o seguinte:

Na pressuposição de que a tarefa da cultura hegemônica é dominar, enquanto a da subalterna é resistir, muitos estudos parecem não ter nada mais a investigar além dos modos pelos quais uma e outra cultura desempenham seus papéis nesse roteiro.

A oposição mais difundida entre hegemonia e subalternidade agrega-se em alguns trabalhos o enfrentamento entre "narcotização" das mensagens dominantes e a "impugnação" dos atos populares. (1988:74)

Na medida em que o grupo alcance sua maturidade ou pelo menos um consenso de direção, é possível alcançar uma autonomia idealizada, que pelo menos dê conta de um processo cultural mais autêntico e libertador.

Capítulo 3 - Inferência na Práxis Popular

3.1. Importância da Associação de Moradores

A importância dessa Entidade de organização civil é reconhecida pelo Estado dados seus objetivos, o que parece assegurar à população que se utiliza dela valor como instrumento de luta, garantido pela Constituição Brasileira no artigo 5º, parágrafos XVIII e XXI dos Deveres Individuais e Coletivos:

- A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

- As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(1988:10-11)

Como se constata, "teoricamente" é dada às associações liberdade para agirem em nome de um coletivo organizado.

Atualmente o papel de sua representatividade é, de certo modo, considerado pelo Estado como ato reivindicatório. Por outro lado, é desvalorizado na medida em que os carecimentos não são atendidos condignamente.

Para os populares, tem importância o fato do aspecto reivindicatório, uma vez que as instituições públicas se posicionam frente à legalidade. Todavia a prática ensinou aos populares que não basta só reivindicar, é necessário argumentar com precisão sobre os carecimentos - intervindo, aí, a produção de conhecimentos adquiridos na práxis.

Importa para os associados, nesse processo, a forma democrática de conduzir a autonomia - evitando o destaque infrutífero de lideranças. O uso arbitrário da Associação por indivíduos provoca desgaste da imagem que possa passar

ao bairro e ao poder público. Se bem conduzida, a Associação reveste-se de credibilidade tanto para os moradores quanto para quem se relaciona com ela em termos de articulação.

A credibilidade é um fator bastante necessário à mobilização, contudo o excesso abusivo do poder de algumas lideranças locais, como já comentamos, prejudica o desdobramento de ações de interesses comuns. No momento em que são percebidas intenções de manipulação para garantir outros interesses divergentes aos do organismo popular, percebe-se manifestações críticas, o que denota maturidade das pessoas sobre o processo vivenciado.

A condução do processo contextualiza também o assistencialismo como elemento presente no ato reivindicatório, com intenções de manipulação e conseqüentemente com o uso do poder para subjugar outras pessoas surgindo, em última análise, o repasse de recursos em troca do voto.

Esse exercício político e anti-democrático acentua, em alguns momentos, a inclinação para o benefício em transação, e assim as coisas ficam resolvidas sem o envolvimento de outros que possam "atrasar" a negociação politiquêira em ação.

Exemplo disso ocorreu com o calçamento de algumas ruas do bairro pouco antes da eleição para vereador em 1992.

A Associação queria garantir uma intervenção apártidária, mas acabou percebendo que alguns políticos já tinham se interessado pelo "apadrinhamento" do benefício. Os moradores afetados pelo problema do calçamento preferiram ser orientados pelos vereadores, ou seja, aderiram à situa-

ção com temor de perder a satisfação do carecimento que tanto os incomodava.

Desviada de uma pedagogia comprometida com a classe popular, a prática do assistencialismo convertida em troca de favores com fins eleitoreiros contrai a ação do organismo. Tal comportamento político, que não dá importância à consciência do indivíduo organizado, prejudica substancialmente o nível de mobilização coletiva pela satisfação dos carecimentos populares. Nesse sentido Edson Vidigal, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, fez a seguinte observação:

Voto e imposto são indissociáveis. O voto da maioria elege os que vão tomar conta do dinheiro arrecadado de todos para a alquimia do bem comum, em cuja conta ainda pesam muito o déficit público, as obrigações da dívida externa, a preguiça mental, o desperdício e a ladroagem (...) As estatísticas do TSE indicam que as eleições são decididas nos grotões anônimos de miséria humana e pobreza cívica. Está provado não ser difícil chegar ao eleitorado tão poderoso; é só montar um circo enorme, capaz de estender sua lona cobrindo os grotões todos no país inteiro. (Folha de São Paulo, 24-7-92:2-2)

No enfoque do voto como concessão que extrapola o

exercício democrático da cidadania, verifica-se que não há, no comportamento da população, ingenuidade pelo ato cometido. A prática dessa questão já está enraizada, as pessoas sabem que o voto é negociado, comercializado, e representa a possível materialização de um carecimento popular há muito esperado.

Essa realidade nos leva a pensar sobre a importância da organização, dos valores humanos abatidos pelos valores de troca (no exercício do voto). Do papel do Estado e da Instituição a ela agregados, que afinal são um conjunto de relações sociais, portanto, de relações entre os homens, supostamente socializados.

A apresentação de uma visão não muito otimista da valorização popular nos leva a verificar, sob o ângulo oposto, isto é, dos moradores do bairro, o significado da Associação. Essa visão foi levantada em questionário de perguntas abertas e fechadas a diretores e moradores em geral em 1991/92. Neste capítulo selecionamos algumas respostas ou procedemos no somatório delas segundo a especificidade do assunto pautado para análise. Com referência ao significado da Associação:

- A associação de moradores é um grupo preocupado com os interesses comuns e um instrumento de poder popular que luta pela distribuição de serviços sociais.

- Grupo de pessoas voltado para dirigir os inte-

resses do bairro e representá-los perante o setor público.

Na visão de outras pessoas que participam mais proximamente do grupo, há uma outra concepção:

- A associação é formada por um conjunto de indivíduos e preocupações, bem como pelo desenvolvimento de atitudes críticas sobre a interdependência dos fatores - benefício e assistencialismo.
- A associação é um instrumento de luta por direitos sociais, além de ser uma alternativa viável para enfrentar o poder da classe dominante.

Com relação ao seu papel como instrumento de luta, existe um certo temor do envolvimento político, mas que, contraditoriamente pode, através do partido político, obter espaço:

A associação deve se limitar aos interesses locais, mantendo distância da correlação de forças externas.

Ela deve apenas se articular com segmentos similares, ou seja, interesses populares.

Sinto que é necessário ligar a associação aos partidos políticos. Não manter articulação partidária ou possuir uma militância política parece estar despido de alguma luta mais ampla, ideológica.

Em confronto com a desvalorização do Estado, algumas pessoas vêem que:

O Estado só acredita na associação quando ela se vincula politicamente ao seu jogo de interesses.

O atendimento dos carecimentos ocorre quando o setor público vê dividendos de forma direta ou indireta (voto ou campanha).

Vê-se que a importância moral e ética da entidade popular é reconhecida pelos populares, além do que alguns procuram cultivar, nesse instrumento, o valor cultural que a longo prazo pode despertar outros interesses sociais.

3.2. ARTICULAÇÃO DE INTERESSES, A PEDAGOGIA INFORMAL

No ato pedagógico de socializar o conhecimento, o grupo articula-se internamente e externamente quando se reúne com outros organismos similares, além do setor público.

As duas linhas de trabalho, reivindicatória e edu-

cativa, requerem o gerenciamento de recursos e, neste sentido, a articulação é um meio para atingir o fim, que é, no caso, a satisfação dos carecimentos.

Para a execução de atividades de menor porte, como, por exemplo uma promoção festiva, é praticamente fácil articular os recursos. Já uma obra de saneamento, a associação leva muito tempo, às vezes anos, para a execução.

Os carecimentos sociais detectados e trabalhados pela associação e de custo financeiro irrelevante, foram na articulação, garantidos à população:

Educação: A escola básica pôde, a partir de 1992, implantar o 2º grau, além de melhorias no espaço físico e conservação do prédio.

Transporte coletivo: apresentou mudanças gradativas no funcionamento de horários, bem como criação de uma nova linha.

Saúde: A unidade sanitária ampliou seu atendimento, tendo em vista o aumento populacional.

Esse pequeno número de ações comprova que, quando o serviço público já existe, basta fazer o estudo de ampliação para novas adequações e, em seguida, preparar a estratégia de articulação para divulgação do serviço à população.

Em relação aos carecimentos de infra-estrutura, como calçamento, saneamento, estrada, conservação de ruas e outros de competência municipal, sofrem os mesmos de longa espera, devido à escassez de recursos que o órgão municipal costuma alegar nas reuniões mantidas com as lideranças representativas.

No final de 1991, a associação se fez presente em três reuniões com o Prefeito e o Diretor do IPUF, sugerindo, na ocasião, um projeto que desse conta da segurança dos moradores, uma vez que o asfalto recebe trânsito intenso devido à presença do Aeroporto no bairro. Nesses momentos de articulação, as lideranças se posicionaram firmemente com relação aos transtornos, havendo por parte da Prefeitura o compromisso de iniciar a obra "Educação no trânsito" no primeiro semestre de 1993.

E assim, por mais simples que seja o carecimento coletivo, sua articulação positiva está na dependência de vários outros fatores: na discussão, na troca de favores, na espera de recursos, na ausência do burocrata, na obediência da hierarquia, na indefinição da licitação pública.

Como a distribuição de bens sociais não se apresenta equitativamente, supõe o grupo que é necessário insistir no seu papel e se tornar cada vez melhor articulado.

Apesar do discernimento dessas dificuldades administrativas, a grande maioria dos moradores tem consciência de que há normas, não só em nível municipal ou estadual, e que a situação é mais ampla, atingindo os carecimentos de toda a população.

Visualiza fatores econômicos que dificultam e interferem na vida do brasileiro, especialmente o da periferia, acusando, no contexto, o sistema capitalista como principal fenômeno regulativo, conforme indica a pesquisa onde o universo de entrevistados foi de 60 (sessenta):

- 10 entrevistados sentem que os serviços

sociais dependem de uma melhor distribuição da economia, concentrada na mão de poucos. (16,6%)

- 12 pessoas acham que se o trabalhador tivesse melhor salário não se organizaria em lutas populares. (20%)

- 20 moradores têm percepção de que os mais ricos detêm o poder sobre os mais pobres. (33,3%)

- 15 acusam que o relacionamento social difere conforme o nível sócio-econômico, ou seja, hoje o que importa é a aparência legitimada pela posição social; o que dá status é o dinheiro. (25%)

- O domínio do poder foi classificado, por 19 pessoas, como um instrumento utilizado pelo Estado, na intenção de manter a população periférica à margem do processo econômico. (31,6%)

Nesse espaço de interesses de classe, do capital e do Estado, que forma, em suma, uma teia perceptível, segundo os depoimentos, a Associação articula seus interesses com caráter redutor e parcelar de vantagens.

As pessoas, de acordo com seus depoimentos, evidenciam consciência sobre as diferenças de classes sociais, mesmo quando são pouco acentuadas. Em relação à totalidade social, isto é, ao contexto nacional, também foi indicado que o determinante econômico é o eixo de desigualdade entre

as classes sociais. Pela análise dos dados, percebe-se que o trabalhador assalariado se instrumentaliza da associação, mas talvez não o fizesse se estivesse em outra situação sócio-econômica.

Percebe-se que a articulação é tardia, mas não inviável. A dependência econômica e o tratamento diferenciado para distribuição dos bens sociais acabam por derivar um processo infinitamente reivindicatório, prejudicando outras ações eminentemente culturais.

Acrescida a isso, é apreendida no cotidiano, através dos meios de comunicação, a falta de seriedade das lideranças e/ou autoridades para com a coisa pública. O reflexo imediato dessa atitude inoperante chega com todos os cantos e revolta aqueles que contribuem. Nesse sentido, registramos um depoimento coletado na pesquisa e que reflete a irritação do entrevistado frente ao governo Collor no período crítico de 1992:

Frente às questões do Estado, a organização popular tem condições de lutar, de se articular. Agora, contra o autoritarismo/clientelismo/imoralidade/corrupção dos governantes que de sutil passa a descarada, torna-se bem mais difícil... senão, impossível.

3.3 CONHECIMENTO DOS AVANÇOS E LIMITAÇÕES

Com base nas posições críticas frente ao descaso do Estado e instituições, os avanços denotam persistência na forma de organização, passando essencialmente pela produção de conhecimento como possibilidade de melhor articular-se, e a partir daí, democratizar as ações que possam oferecer uma melhor qualidade de vida.

Basicamente é isso, mas as limitações que emperram o processo decorrem de fatores como: a desvalorização do organismo frente ao Estado Capitalista e às forças econômicas, sua autonomia restrita e ambígua na defesa dos interesses populares, uma vez cerceada sua relação de poder reivindicatório.

Essas limitações que se pode considerar subjetivas e objetivas, refletem consideravelmente na associação, incidindo naturalmente na sua força de mobilização social no âmbito do bairro. Se a materialização de um carecimento coletivo não se concretiza, efetivamente o subjetivo da ação se desmantela e acaba por ruir sua estrutura interna.

Aqui, portanto, está presente a força do grupo, o nível de participação social para manter vivo o organismo frente às dificuldades materiais.

O conhecimento das limitações impostas passa pelo nível de apreensão que as pessoas conseguem obter do fortalecimento ou do enfraquecimento da ação popular, e isso necessariamente está ligado ao nível de informação que recebem sobre a conjuntura social, agregado a visão de mundo de cada indivíduo. Esse referencial particularizado na organização

coletiva contribui como um indicador das limitações, dando a perceber as possibilidades de superação através da capacitação de cada indivíduo e a influência desses componentes informativos para um coletivo menos alienado:

- Rádio, TV e jornais são, segundo a maioria entrevistada, os meios convenientes de informações. Uma parcela menor se dedica a leitura de revistas e livros.

- Para evitar notícias deturpadas, alguns buscam a veracidade do fato através de órgãos de comunicação diferenciados.

- Com relação ao aprofundamento das notícias, as pessoas, na maioria, apelam para a troca de idéias nos grupos de trabalho, em sindicatos, partidos políticos e Entidades de classe.

Percebe-se que há uma preocupação em ampliar a visão do mundo por meio de vários mecanismos de informação, bem como de extrair dos fatos noticiados seu real conteúdo, evitando influências contraditórias.

Em termos de micro e macro sistema comprovamos por alguns depoimentos que a associação está inter-relacionada, isto é, ela é parte de uma totalidade social. E essa organização da sociedade é vista assim:

- O sistema político brasileiro vive ainda atrelado a países imperialistas, relegado, portanto, a uma economia periférica de desenvolvimento ou de subordinação.

- O país é péssimo em organização política. O povo não colabora porque não acredita mais em políticos e nem em ideologias salvadoras.

- Projeto político desordenado, caótico - chega a causar temor. A crise e a recessão obrigam as pessoas a terem menos tempo para atividades sociais, recreativas.

- O povo não consegue ver a vida sem inflação.

Por essas opiniões sobre a realidade brasileira, percebe-se que não basta saber dos fatos, é necessário aplicar esse conhecimento crítico na práxis e fazer dela um mecanismo capaz de superar suas limitações, fruto de questões sócio/político/culturais.

Nesse raciocínio há um entendimento de que:

- Cada membro da associação deve estar informado para poder contribuir no encaminhamento dos interesses coletivos. A produção de idéias depende das alternativas de um referencial teórico mais crítico.

- A noção dos fatos gerais facilita o estudo dos problemas locais, aliás um está embutido no outro.

- Pelo processo cultural, a participação do povo nas decisões dos problemas que lhe afetam é secundário. O que ocorre é o

seguinte: enquanto o povo vê TV, o governo toma decisões.

Esse resultado nos leva a perceber como as pessoas estão e como vêem a sociedade. Há um nexos comum sobre o des-crédito nas instituições e certeza de uma boa dose de manipulação, explicitado no governo brasileiro no momento da pesquisa.

A recessão econômica, que estende inexoravelmente seus tentáculos sobre a classe operária, é apontada como causa do desespero, uma vez que a mesma se encontra excluída do processo decisório, pelo menos no tocante aos serviços públicos.

Vê-se portanto, que as restrições econômicas e políticas provocam a separação de classes, onde as limitações se acentuam e os avanços ficam na dependência do "processo de criatividade" do homem, recurso que apontamos em momento anterior, mas tem a ver, no caso da associação, com a sua estrutura e produção de conhecimento como base sustentadora do processo pedagógico.

Limitações, segundo a experiência, sempre vão existir. Os avanços ligados a tais fatores mobilizadores, parecem de possível realização ou conquista, mesmo porque nada ouvimos sobre a extinção do organismo popular. Há persistência na continuidade do processo, mudando lideranças, formas de encaminhamento, estratégias e articulação, jamais a extinção definitiva da Entidade.

3.4. SINAIS PROGRESSIVOS PARA O CONJUNTO DE ORGANISMOS SIMILARES

O comportamento das diversas associações de moradores é semelhante, pelo menos no que se refere aos objetivos por carecimentos e defesa do interesse coletivo como um condicionante à melhor qualidade de vida.

O que difere nesses grupos é a forma de condução, do trabalho interno frente à estratégia para adoção dos carecimentos.

Isso se modifica na medida em que cada grupo possui sua cultura, sua história de vida, resultado da heterogeneidade dos elementos humanos de que dispõe.

Essa diversidade entre os grupos possibilita uma práxis popular culturalmente rica, na medida em que a troca de informações tende a uma abertura de conhecimento sobre a realidade de cada um, especialmente nas articulações para obtenção da satisfação dos carecimentos que possam dizer respeito a um conjunto de associações.

A partir dessa premissa, os encontros entre esses organismos populares podem definir uma série de alternativas com vistas a solução de problemáticas semelhantes.

Existindo semelhanças, acreditam algumas lideranças ser possível equacionar uma luta mais ampla, mediante uma articulação mais eficaz.

Mas devemos considerar que, inerente a essa questão - "junção de forças", está a questão do poder, que alguns líderes temem perder com a integração. Temos que considerar que em cada bairro existe relação de poder entre lideranças

mais atuantes, delas entre si e de cada uma com o setor público. A coisa começa a se complicar na medida em que as lideranças se sentem ameaçadas.

Percebemos, nos encontros mantidos entre alguns bairros, que o relacionamento mantém certa margem de desconfiança, de auto-suficiência e de um saber desnecessário de ser socializado, mas, quando bem direcionado, também promove uma satisfação e uma curiosidade entre os grupos.

Na medida em que essa forma de articulação se processa, a credibilidade se instaura. Passa, nessa prática, a possibilidade de reivindicar um carecimento para 20.000 pessoas em vez de atender apenas, suponhamos, 7.500 habitantes.

Devemos lembrar que essa prática foi iniciada pela FUCADESC, entidade já mencionada. Contudo os próprios organismos sociais buscaram uma forma de organizar a idéia do conjunto, surgindo assim a UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias. Em nível estadual, surgiu posteriormente a FAMESC - Federação de Associação de Moradores do Estado de Santa Catarina.

Esses mecanismos de articulação representam perspectivas relevantes, pois é ampliado sobremaneira a satisfação do carecimento, e especialmente a forma de luta para obtê-lo.

O bairro Carianos já se articulou com grupos adjacentes para carecimentos específicos como, por exemplo, o transporte coletivo. Com a UFECO também tem representantes, embora não repassem todas as informações/discutidas. Com a Prefeitura ou com vereadores, há sempre abertura de partici-

pação, com o Conselho Municipal de Transportes de Passageiros, Conselho Municipal de Educação, Fundo Municipal de Integração Social e Fundo de Desenvolvimento Econômico do município.

Atualmente o projeto que exige integração das forças populares, sobretudo do sul da ilha, e, por sua polêmica, requer acompanhamento, e o da implantação da avenida "beira-mar sul".

Mediante essa perspectiva do organismo popular, estranhamos que os entrevistados tivessem presente essa alternativa de avanço, ou seja, que vissem na articulação uma arma mais expressiva do poder popular.

Constatamos as seguintes colocações na pesquisa:

- O coletivo, a partir da organização de bairros, deve ser ampliado, mas observado também o interesse fundamental, a fim de não perder de vista a qualidade do movimento.
- É importante a articulação; ela fortalece cada unidade e o movimento que pensa numa melhor qualidade de vida.
- A integração de bairros periféricos poderá historicamente definir questões mais amplas do município. Tudo depende de cada unidade, assim como do consenso entre as partes.

Pelos depoimentos, há espaço social para ser ocupado. A conquista depende do indivíduo organizado e de uma no-

va consciência do coletivo que, apesar de fragmentado pelos interesses individuais, pode criar uma nova cultura popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na historicidade desse grupo popular que representa um coletivo disperso, em consequência da sociedade moderna, por ora constatado, assinala em sua trajetória uma estrutura frágil devido às influências, especialmente daquelas que levam o homem ao individualismo.

Marcada fundamentalmente pelos interesses ideológicos do Estado Capitalista e pela desigualdade econômica entre os ricos e os pobres, persiste a organização popular em busca de seu espaço de direito constitucional, segundo a carta política brasileira promulgada em 1988.

A formação desse processo sob a direção de um método profissional defendido pelos assistentes sociais requer, segundo as consequências alienantes, a revisão constante de referenciais que possam se adequar à realidade de atuação no micro e macro espaço brasileiro, haja vista a constatação de que um plano institucional alija, como vimos no estudo, um processo natural de desenvolvimento sócio-político, segundo as especificidades dos segmentos humanos.

A influência "desenvolvimentista" apregoada pelos governos nas políticas sociais não correspondem aos carecimentos básicos inseridos num bairro, trazendo em consequência, o desencanto dos populares com as relações do Estado e dos líderes institucionais que decidem as políticas sociais sem o real conhecimento da base.

A práxis popular evidencia o direcionamento do Estado à classe dominante, tanto que a mesma prescinde desse

tipo de organização para suprir carecimentos, cabendo à periferia urbana o uso desse instrumento como forma legal de representatividade, e às vezes invalidando seu direito político na troca do voto pela satisfação do carecimento.

Intenções, interesses, concessões - demonstram ser relações mantidas, provenientes de conveniências sociais que passam de uma classe social à outra, a fim de manter a hegemonia da mais forte, o que na vivência grupal se caracteriza pelo interesse na conquista do poder mesmo a longo prazo, através da produção de conhecimento.

O poder atribuído à Associação de Moradores pelo Estado, conforme a Constituição Brasileira e, por conseguinte, às instituições burocráticas, gera situações de conflito pela indiferença na negociação dos carecimentos e pela insistência dos populares que não mencionam a extinção do organismo, apesar das crises internas apontarem a participação social como uma peça imprescindível na luta pela democracia.

Fato real é o papel da Associação no cenário político-econômico desmobilizante que articula suas estratégias para reativar a participação social por vias democráticas, onde a informação é necessária a ocupação de espaço cultural e político da Entidade, como possível indicador do avanço da sociedade pós-crise presidencialista em 1992.

Merece ser destacado que a Associação é uma tendência organizativa resultante do antagonismo de classes, que criou e cria entidades populares para exercerem um poder reivindicatório e cerceia este mesmo poder, na medida em que não redistribui os bens e as riquezas sociais.

A associação enfrenta suas limitações com base na precariedade de conquistas, sobretudo materiais. Sabedora de sua importância, recria espaços de articulação para ampliar garantias na satisfação dos carecimentos, unindo-se a outras associações de bairro segundo os projetos em estudo. Sua penetração ainda é escassa junto aos moradores, pois como vimos, o alheamento do coletivo parece derivar de uma crise moderna, ou de um processo econômico ou ainda de um desordenamento do Estado brasileiro, cuja política inflacionária desestrutura instituições e indivíduos.

Nesse cotidiano instável das relações sociais, onde as pessoas se colocam não menos inseguras, deve-se tributar estímulo à Associação de Moradores pela sua contínua ação como mecanismo de luta popular, ao invés de frear essa mesma ação.

Nesse estudo em que retratamos a práxis popular num curto espaço histórico, sentimos o dilema de sua importância, de sua autonomia e de suas perspectivas, que dependem de interesses políticos e econômicos, sendo difícil assegurar a valorização da Entidade.

Por detrás de um comportamento, de um gesto ou de uma doação, vê-se, na prática, um querer mais, de forma direta ou indireta, a curto ou a longo prazo, uma vez que tendem a existir políticos e politiquinhos.

Há, sem grandes mistérios, na relação da Associação com os associados, líderes e instituições, um jogo de forças no qual todos defendem seus interesses da melhor forma possível, e em segundo plano, o interesse coletivo.

A fraqueza ou o ressurgimento do organismo popular tende a funcionar como uma balança, cuja tendência para um dos extremos passa pelo momento social, acentuado para a desmobilização no momento da presente pesquisa, em virtude da fragilidade do Estado brasileiro sob a ação de um impeachment presidencial.

Atribui-se à democracia e, em consequência, aos novos momentos sociais a possibilidade de revolucionar costumes e preconceitos porventura perversos à sociabilidade democrática dos organismos populares.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa, São Paulo: Martins Fonte, s.d.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. Participação Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1980.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. Repensando a Pesquisa Participante. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues et alii. Povo e Tradição em Santa

Catarina. Florianópolis: Edeme, 1971.

CARNEIRO, Glauco. Florianópolis: Roteiro da Ilha Encantada. Florianópolis: Expressão, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius et alii. A Criação Histórica. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.

Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1984 (Cadernos de Educação Popular 1).

COUTINHO, Carlos Nelson, NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CRUZ, Olga. A Habitação, Florianópolis, Depto. Estadual de Geografia e Cartografia, 1956.

DECRETO n. 2840 - 16/06/1977 - Governo do Estado de Santa Catarina.

DECRETO n. 8558 - 20/08/1979 - Governo do Estado de Santa Catarina.

DECRETO n. 28.864 - 28/04/1986 - Governo do Estado de Santa

Catarina.

ECO, Humberto. Como se faz uma Tese. São Paulo, Perspectiva, 1989.

ELSTER, Jon. Marx Hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Trabalho da Política - Saúde e Segurança dos Trabalhadores. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social. 6ªed. São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo et alli. Vivendo e Aprendendo. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

GADOTTI, Moacir. Educação e Compromisso. Campinas: Papyrus, 1988.

_____. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Atica, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1987.

_____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GEUSS, Raymond. Teoria Crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt. Campinas: Papyrus, 1988.

HARNECKER, Marta. Os conceitos Elementares do Materialismo Histórico. 2 ed. São Paulo: Global, 1983.

HELLER, Agnes. Para mudar a Vida - felicidade, liberdade e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. O Cotidiano e a História. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRSCHMAN, Albert O. O Progresso em Coletividade - Experiências de Base na América Latina. Roslyn: Fundação Interamericana, 1987.

_____. As Paixões e os Interesses: Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

JOUVENAL, Bertrand de. As origens do Estado Moderno - Uma história das idéias políticas no Século XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KARSCH, Ursula M. Simon. O Serviço Social na Era dos Serviços. São Paulo: Cortez, 1987.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Atica, 1991.

LIMA, Boris A. Exploración Teórica de La Participación. Buenos Aires: Hymanitas, 1988.

MARX, Karl. O Capital. Contribuição à Crítica da Economia Política. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, v.1, 1988.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOTTA, Fernando C. Prestes, PEREIRA, Luis C. Bresser. Introdução à Organização Burocrática. 6 ed. São Paulo: Brasiliens-

se, 1988.

PEREIRA, Nereu do Vale et alli. Ribeirão da Ilha Vida e Re-
tratos - Um Distrito em destaque. Florianópolis: Fund. Fran-
klin Cascaes, 1990.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. 3 ed.
Rio de Janeiro: Graal, 1990.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A Nova Ciência das Organizações -
Uma Reconceituação da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro:
Fund. Getúlio Vargas, 1981.

REZENDE, Iris. In: Folha de São Paulo, p.1-3, 01/08/91.

SILVEIRA, Claudir. O Balaio de Caranquejos. Florianópolis:
Artesanal, 1985.

VIDIGAL, Edson. In: Folha de São Paulo, p.2-2, 24/04/92.

WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São
Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. O que você entende por Associação de Moradores.

- é um grupo social preocupado com melhorias sociais
- vincula-se a interesses partidários
- luta pela distribuição de bens e serviços
- é um instrumento de poder popular

2. O que leva você a participar deste grupo.

- sente compromisso como morador e cidadão
- procura estreitar laços de amizade
- luta por espaço político a nível local
- reforça os interesses coletivos da população organizada

3. O que leva você a "não" participar deste grupo.

- percebe interesse partidário
- não se sente responsável pela melhoria do bairro
- acha inútil a luta associativa
- não vê perspectiva no Brasil de hoje

4. O bairro Carianos e sua população.

- apresenta diferenças entre os moradores, de onde vieram e como se comportam
- vincula-se a forças políticas para sanear dificuldades
- possui autonomia no seu processo de organização
- os moradores são acomodados e não exercem pressão popular

5. Como surgiu a Associação de Moradores.

- foi um processo natural entre lideranças e moradores
- foi motivado por lideranças de fora
- por não ter outro modelo de luta popular
- por ser um instrumento reivindicatório

6. Você classifica a Associação como

- formada por um conjunto de pessoas preocupadas com a melhoria do bairro, bem como pelo desenvolvimento de atitudes críticas
- um instrumento de luta por direitos sociais
- uma alternativa de enfrentar o poder da classe dominante
- longe de qualquer avanço na conjuntura sócio-político-econômica

7. Você acredita que a Associação deva

- se manter distante do jogo de interesses político-partidário
- ocupar seu espaço sócio-político
- limitar sua luta a ações reivindicatórias
- articular-se com outras formas de organização popular

8. A participação em Associações de Bairros desenvolve

- o indivíduo através do diálogo e da ação
- amadurece e amplia a visão crítica da realidade social
- ocupa em demasia o tempo livre do trabalhador
- é uma prática que confunde as pessoas pelos interesses diversificados e ocultos

9. A diretoria da Associação

- exerce seu papel de forma autoritária
- permite a livre discussão e decisão
- age com rigor na proteção e defesa dos interesses coletivos
- democratiza sua ação no repasse de informações

10. Quanto às melhorias do bairro

- o Estado não atende as reivindicações
- o poder local se mantém alheio às melhorias
- os moradores não demonstram interesse pela união através da Associação
- a burocracia do sistema impede o avanço de recursos e ações

11. Como você percebe as relações de Poder

- no grupo algumas pessoas dominam outras
- no bairro há distinção entre ricos e pobres
- o relacionamento entre as pessoas difere conforme o nível econômico
- algumas pessoas fazem uso do autoritarismo nas ações desenvolvidas

12. Você relaciona as dificuldades locais com o sistema capitalista?

- percebe distribuição desigual de poder e de recursos entre ricos e pobres?
- sente que os serviços (saúde, saneamento, habitação, educação) dependem de uma melhor distribuição do setor econômico.
- acha que se o trabalhador tivesse melhor salário não se organizaria em lutas populares
- tem percepção de que os ricos detêm o poder sobre os mais pobres.

13. Quais as perspectivas para a organização popular

-) cooptar com o Estado nos seus interesses de poder
-) manter a autonomia na direção de seus trabalhos pela garantia de espaço
-) articular-se com outros movimentos sociais (sindicatos, Igreja, direitos humanos, ecologia, etc) e manter alianças
-) produzir conhecimentos a partir de sua prática, ampliando o poder popular

14. Como você sente a situação hoje

-) frente às questões do Estado e o autoritarismo dos governantes, a organização popular não apresenta avanços significativos
-) a organização é praticamente cooptada pelo Estado como um mecanismo de assistência social que facilita a distribuição de bens e serviços
-) com a mudança social - instabilidade e reflexos a nível local, vê-se possibilidade de avanços na organização de bairros
-) conseguem, as associações de bairros mobilizar e conscientizar os indivíduos sobre a realidade social?

ENTREVISTA

1. O que você entende por Associação de Moradores.

2. Participa você da diretoria? Por que a opção?

3. Participa como morador nas decisões do grupo? Como isso ocorre?

4. Que tipo de ação/reflexão ocorre no grupo?

5. Quais os projetos em destaque? Fale os motivos.

6. Qual o nível de discussão que o grupo mantém em torno do processo coletivo?

7. Você considera a Associação autônoma ou ela está vinculada ao sistema social?

8. Como você explica as relações entre as pessoas da diretoria e estas com os moradores do bairro?

9. Como você explica o papel educativo da Associação?

10. A Associação mantém articulação com outras organizações populares? Qual a importância dessa ação?

11. Você sente diferença de classe social entre os moradores do bairro? Explique segundo sua percepção.

12. Que tipo de relação política a Associação mantém com os moradores do bairro, é feita distinção?

13. Que tipo de relação política a Associação mantém com o Setor Público, no caso o "Estado"?

14. Em termos econômicos, como a Associação se mantém? E necessário ter dinheiro em caixa?

15. Você percebe interesses particulares se sobrepondo aos interesses coletivos? Exemplifique.

16. E o "Estado", qual o seu papel no tratamento das reivindicações da Associação?

17. Você acha que existem pessoas monopolizando o grupo? Quais as intenções destes indivíduos?

18. Percebe integração entre os diversos grupos do bairro?

19. Como você classifica o nível de participação dos moradores na Associação e frente as questões mais amplas da sociedade (econômico, político, social)?

20. Na Associação discute-se a conjuntura social? De que forma?

21. Como você vê o sistema social brasileiro - sua economia, relações políticas, população?

22. A Associação de Moradores é uma organização isolada ou recebe influência dos acontecimentos sociais?

23. De onde vêm as informações sobre a conjuntura política?

24. Essas informações são suficientes? Como você amplia ou completa as informações?
